

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E**  
**INSTITUCIONAL**

**SOMOS UM GRUPO OU NÃO?**  
**Uma Investigação do Processo Grupal**

Alexandre Baldasso Schossler

Porto Alegre

2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E**  
**INSTITUCIONAL**

**SOMOS UM GRUPO OU NÃO?**  
**Uma Investigação do Processo Grupal**

Alexandre Baldasso Schossler

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do grau de mestre em Psicologia  
Social e Institucional

Orientador: Prof. Dr. Sergio Antonio Carlos

**Porto Alegre, março de 2005**





## AGRADECIMENTOS

A construção de uma dissertação não é uma tarefa solitária, em nosso percurso contamos com a ajuda de muitas pessoas, sem as quais não seria possível a realização desta pesquisa, à elas agradeço.

Gostaria aqui de destacar algumas pessoas e organizações cuja ação foi determinante para que conseguisse apresentar este texto, que são:

o Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional e seu corpo docente, que permitiu que desenvolvesse o tema dessa dissertação e me garantiu a sustentação teórica e prática,

os alunos da disciplina de Dinâmica II que gentilmente cederam os registros de suas aulas e se mostraram muito interessados com o desenvolvimento da minha investigação, especialmente aqueles que se dispuseram a participar dos encontros de discussão, contribuindo rica e determinantemente para a análise,

Márcia Jacoby, assistente social, colega do curso de mestrado, que com seus apontamentos contribuiu imensamente para a solução de dilemas que encontrei ao longo do planejamento da pesquisa,

Daniel Tavares de Oliveira, psicólogo, que acompanhou essa dissertação desde que não ainda era dissertação, quando era só idéia a ser explorada e me ajudou com muitas idéias e perguntas,

o grupo de pesquisa das terças-feiras e o grupo do seminário de segunda a noite, que me incentivavam constantemente a escrever e discutir,

André Gualdieri, sócio da All Boarding, amigo que cedeu gentilmente os recursos de sua empresa, auxiliando a impressão das inúmeras cópias da dissertação na fase de finalização do texto

Miriam e Maickel, colegas do Idea Psicologia, que acompanharam os percalços da pesquisa e construção do texto desde seu início, contribuindo com apontamentos importantes

os colegas do mestrado, Cristina, Nara, Sergio e Priscila, que com as nossas discussões ao longo das reuniões de orientação ajudaram a dar forma a essa dissertação,

Sergio, meu orientador e amigo, que acompanhou toda a transformação da questão de pesquisa, desde quando foi colocada timidamente como um trabalho para uma disciplina de graduação dos primeiros semestres do curso de psicologia até se tornar uma proposta de dissertação. Seus sábios apontamentos e as constantes discussões que travávamos são momentos que guardo com carinho e fonte inspiradora

Agradeço especialmente a Fernanda, que compreendeu a importância desse trabalho para mim e dele foi uma grande incentivadora, acompanhando todos os sofrimentos inerentes a sua construção e

a meus pais Lucio e Carmen e meu irmão Gustavo, pelo incentivo constante e compreensão nos momentos em que não pude lhes dar a atenção que mereciam,

a todos agradeço imensamente.

## RESUMO

Esta dissertação problematiza o conceito de processo grupal e esboça uma aproximação metodológica para a sua visualização. A sustentação teórica é buscada principalmente em autores identificados com uma perspectiva institucionalista, como Lapassade, Pichon-Rivière e Benevides de Barros. Como campo de investigação foi escolhido uma experiência de ensino realizada no curso de Psicologia da UFRGS cujo tema central é o estudo dos pequenos grupos a partir de uma perspectiva vivencial. O envolvimento do próprio pesquisador com a situação pesquisada permite que a metodologia utilizada parta do referencial da pesquisa-ação, conforme descrita por Thiollent. Os procedimentos adotados consistiram na sistematização dos registros existentes e na realização de cinco encontros de discussão com os participantes dos grupos analisados. Utilizando-se do referencial da pesquisa-ação, essa investigação busca compreender a partir do conceito de processo grupal o cenário de uma atividade de ensino, onde se articulam simultaneamente uma estrutura organizacional e uma instância de produção de subjetividade.

**PALAVRAS-CHAVES:** grupo, processo grupal, análise institucional, pesquisa-ação, dinâmica de grupo, psicologia social.

## **ABSTRACT**

The present thesis discusses the concept of group process and aims to draw a possible methodological approach to its visualization. The reflections are theoretical sustained by authors identified with an institutional approach, such as Lapassade, Pichon-Rivière and Benevides de Barros. The research field chosen was a learning experience in the Psychology course of Universidade Federal do Rio Grande do Sul, which the main theme is the study of small groups and emphasizes the subjective aspects of the situations in class. The researcher's involvement with the field allowed the methodology to be based in the referential of action-research as described by Thiollent. The procedures adopted included a systematization of the available registers and the realization of five discuss sessions with the members of the analyzed groups. By using the concepts of action-research, this investigation aims to understand, through the concept of group process, the context of a learning activity, which articulates, simultaneously, an organizational structure and a subjectivity production.

**KEY-WORDS:** group, group process, institutional analysis, action-research, social psychology, group dynamics.



## SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
LISTA DE FIGURAS.....	11
1. INTRODUÇÃO.....	13
2. UMA HISTÓRIA SEM INÍCIO.....	15
2.1. O pesquisador na pesquisa.....	16
2.2. Algumas leituras que acompanham.....	21
2.3. Uma pergunta que incomoda.....	30
3. UM CAMINHO PLENO DE MUDANÇAS.....	39
3.1. Aproximação teórico-metodológica.....	40
3.2. Dinâmica II?.....	43
3.3. Acesso ao material empírico.....	50
3.4. Aproximação com a pesquisa-ação.....	52
3.5. Análise dos dados.....	55
4. OLHANDO DE PERTO.....	57
4.1. Momentos chaves.....	57
4.1.1. O início.....	58
4.1.2. A primeira coordenação dos alunos.....	63

	10
4.1.3. A troca de AG.....	70
4.1.4. A elaboração do trabalho final.....	75
4.1.5. O final.....	78
4.2 Uma continuidade (in)esperada.....	81
4.3. Analisando o processo grupal.....	83
5. O PROCESSO CONTINUA A PRODUZIR-SE.....	102
REFERÊNCIAS.....	109
ANEXO A: Programa da disciplina de Psicologia das Relações Humanas e Dinâmica de Grupo I.....	113
ANEXO B: Programa da disciplina de Psicologia das Relações Humanas e Dinâmica de Grupo II.....	117
ANEXO C: Modelo da tabela da sistematização dos registros.....	120

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: O grupo como objeto.....	31
Figura 2: O grupo a partir das instituições.....	31
Figura 3: A perspectiva Transversal.....	33

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, é freqüente a existência de falas, discursos e toda sorte de comentários sobre a individualização ou individualismo a que estamos sujeitos na nossa vida cotidiana. É cada vez mais comum encontrar idéias que responsabilizam o próprio indivíduo por seu sucesso ou fracasso e mesmo é tanto ou mais comum a divulgação de exemplos de pessoas que venceram sozinhas na vida ou encontraram a sua própria tragédia particular. Mesmo campanhas nacionais, patrocinadas pelo governo federal, de valorização do sentimento ufanista colocam como ponto forte de nossa sociedade o indivíduo, deixando de lado as forças sociais, do conjunto e dos encontros coletivos.

Nossa investigação é construída a partir de uma visão de mundo que não encara o ser humano como um solitário, pelo contrário, o tem como um modo de relação, como um sujeito que emerge do encontro de modos de existência. A Psicologia enquanto disciplina do saber e instituição tem a responsabilidade de poder refletir sobre esse sujeito sem cair na lógica corrente de tomá-lo somente a partir do individual ou, em uma tentativa pretensamente mais complexa, na sua relação com outra individualidade, a sociedade.

Nesse contexto, o estudo dos pequenos grupos é uma importante possibilidade de investigarmos esse sujeito. Colocamos em evidência nessa investigação o conceito de processo grupal, por nele reconhecermos potencial suficiente para servir como via de compreensão e transformação da realidade. Mas, certamente, o que mais pesou para a

escolha desse conceito foi a sua pouca exploração em detrimento de outros conceitos do trabalho com grupos e a sua reconhecida definição teórica imprecisa.

A presente pesquisa tem a sua origem na tentativa de compreender e delimitar o conceito de processo grupal a partir da construção de uma forma para a sua visualização. Essa questão está atravessada por múltiplos fatores, entre os quais podem ser citados principalmente; o interesse do pesquisador pelo tema desde a sua graduação, passando por suas práticas em estágios e na sua atuação profissional, a percepção de uma conceituação não muito clara e por vezes extremamente abstrata de processo grupal, a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento e atenção para o estudo dos grupos.

O texto que se segue está dividido em quatro capítulos principais, na primeira parte é descrito a construção do problema de pesquisa, como surgiu a partir da trajetória acadêmica e profissional do pesquisador e qual percurso teórico é feito para dar sustentação à questão que encerra esse capítulo.

O capítulo seguinte apresenta os diversos desenvolvimentos e discussões que deram origem a nossa forma de pesquisar, discutindo teoricamente o referencial do qual parte a construção metodológica dessa pesquisa e oferece uma caracterização da situação que é tomada como base empírica. Nesse capítulo são apresentados ainda os procedimentos metodológicos para a sistematização dos dados e a orientação utilizada para a sua análise.

A seguir são expostos os momentos chaves construídos a partir do campo de pesquisa para sustentar a nossa análise. E, a partir de sua descrição, é esboçada uma forma de visualização para o conceito de processo grupal que utiliza com ponto de partida as teorizações de Lapassade, Pichon-Rivière e Benevides de Barros.

Na última parte são feitas considerações sobre a especificidade do processo grupal e a sua relação com o processo de subjetivação ou constituição do sujeito. É exposta também

uma reflexão acerca das limitações de se investigar um tema que tem como característica principal a inconstância e a permanente transformação. A partir disso discute-se sobre as possibilidades de se tomar o estudo dos grupos como uma via de acesso para a investigação do sujeito contemporâneo e de suas práticas.

## **2 UMA HISTÓRIA SEM INÍCIO**

Colocar explicitamente uma questão a ser investigada é o ponto de partida de qualquer pesquisa, mas será que pode ser considerada propriamente o seu início? Talvez não. A pergunta que motiva o pesquisador não aparece com hora marcada ou muito menos é construída solitariamente, com o autor debruçado em leituras intermináveis ou em frente à tela de um computador. A questão de pesquisa surge a partir do próprio cotidiano, a implicação subjetiva do autor com o tema é inegável e exerce profunda influência nas escolhas feitas ao longo da investigação.

Precisar o momento exato de início da nossa investigação é uma tarefa inócua e que pouco contribui para a compreensão de nosso problema de pesquisa. Certamente mais importante é relatar as transformações e as múltiplas influências que percorrem a construção desta investigação, estas sim relevantes para compreender a construção de um objeto de pesquisa que tem como característica marcante a mobilidade e constante transformação.

O presente capítulo está dividido em três partes, a primeira relata a trajetória pessoal do pesquisador até se aproximar ao tema que é explorado nesta dissertação, e como ele foi construído com a ajuda de diversas pessoas e a participação em diferentes atividades. A segunda parte é uma breve revisão teórica dos pontos que consideramos mais importantes para a discussão acerca do conceito de processo grupal, o que embasa a terceira e última

parte deste capítulo que é a discussão que sustenta a proposição de nossa questão de pesquisa.

## **2.1 O pesquisador na pesquisa**

Posso dizer que a questão sobre como visualizar processo grupal, que investigo nessa dissertação tem me acompanhado desde o início da minha formação como psicólogo, nos primeiros semestres do curso, quando tive contato com as teorias sobre grupos e a psicologia social. Depois de realizar alguns trabalhos cujo tema rondava a questão do processo grupal, cursei as disciplinas específicas sobre o assunto, obrigatórias no currículo da faculdade e fui determinadamente influenciado pelo tema.

Após a conclusão das disciplinas, inseri-me em atividades extracurriculares ligadas à temática, na qual se destaca fundamentalmente a prática de monitoria nas disciplinas de grupo no curso de psicologia. Nessa experiência, da qual participei de diversos momentos, desde o início de sua constituição, pude ter contato com inúmeras situações, entre discussões teóricas, outras nem tanto, vivências e participações em técnicas de dinâmica de grupo que constituem a base prático-teórica que possibilitou a emergência de uma questão a ser investigada em uma dissertação de mestrado. O tema principal das minhas reflexões sobre o trabalho com grupos sempre foi sobre o seu caráter móvel, ou sobre o seu assim chamado movimento. Como esse movimento acontece? O que o grupo produz em função de sua ação que o diferencia do indivíduo? Como é possível tornar esse movimento visível e comunicável? Qual a influência que a compreensão do movimento do grupo pode ter em uma possível intervenção?

Essas são perguntas que me fazem companhia em diversos momentos quando



trabalho com grupos e que entendo que podem ser exploradas a partir do conceito de processo grupal. Esse conceito se tornou central na minha pesquisa especialmente depois da exposição do projeto à apreciação da banca examinadora na qualificação, que apontou a deficiência em sua definição e operacionalização, o que compromete as investigações da temática dos grupos enfocada pela via do movimento.

A partir disso, uma primeira proposta foi elaborada para a aproximação ao campo empírico para investigar o conceito de processo grupal, que se baseava principalmente na observação de situações coletivas. Esperava-se que a partir da observação de um grupo já estabelecido como tal, pudéssemos compreender a sua constituição e como estava se dando o seu processo. Essa proposta tem alguns obstáculos importantes. O primeiro é o fato de que antes mesmo de começar a observação, já estávamos operando na lógica do grupo-objeto. Discutiremos mais detidamente a idéia de grupo-objeto no percurso teórico, por ora é importante saber que esse era rejeitado como forma de investigação. Dito isso, é importante comentar que para fins de análise não prescindimos da figura do grupo-objeto, somente não a tomaremos como eixo principal. Tampouco negamos as possibilidades de investigação dos eventos coletivos a partir da lógica do grupo-objeto, defendemos, entretanto, que o acesso pela processualidade traz novos elementos e é uma forma diferenciada de se acessar a construção de subjetividade no âmbito coletivo, pois permite uma visão mais abrangente e coloca o grupo como uma construção aberta.

O segundo obstáculo diz respeito ao modo como seriam feitos os registros das observações. As gravações em áudio e anotações dos eventos pareciam ser as opções mais evidentes, porém tornavam os dados obtidos muito limitados ao viés do observador-pesquisador. Estaríamos agindo como *descobridores*, como se houvesse algo a ser descoberto na experiência do grupo, e dessa forma estaríamos congelando os eventos em

uma produção de sentidos específica, como se já estivéssemos procurando pontos previstos inicialmente. Limitaríamos o nosso campo de investigação, cerceando as possibilidades de sermos surpreendidos pelos dados. Nessa proposta de investigação, fundamentada exclusivamente na observação, estaríamos tomando a realidade como algo que não sofreria interferências da participação do pesquisador, isto é, poderíamos supor que as observações corresponderiam a uma realidade inalterada pela possibilidade de uma pesquisa.

Esses eram obstáculos importantes para a realização da investigação, uma vez que o método não estaria sendo coerente com a perspectiva teórica colocada como base para a construção do problema, contudo as observações eram a opção que dispúnhamos para operacionalizar a pesquisa. Contatos foram feitos e possibilidades de reuniões e grupos que se ofereciam para serem observados começaram a surgir. Entretanto, a incoerência aparecia quando do planejamento do modo de realização das observações; o que observar? Como registrar? Não será essa uma visão muito restrita e particular daquele evento? Essas dúvidas persistiam e acabaram por impedir a operacionalização das observações.

Uma segunda opção foi planejada para tentar minimizar alguns dos obstáculos comentados, que consistia na proposição de um grupo com o objetivo de discutir uma temática específica. Essa atividade, supôs-se, poderia ser oferecida para a comunidade universitária e seria coordenada pelo próprio pesquisador, além de contar com um observador, o que se esperava pudesse oferecer uma observação que não ficasse restrita à visão particular do pesquisador e contribuir com novos elementos para a análise. Ao invés de tornar mais operacional o nosso objeto de pesquisa, essa proposta o complexificou, fazendo surgir outros empecilhos práticos. Qual a orientação para a coordenação dos grupos? Sob que referencial trabalharíamos? Qual a influência que a câmera filmadora teria sobre o grupo observado?

Essas questões eram obstáculos importantes e, além disso, a proposta de criação de um grupo a ser coordenado pelo próprio pesquisador não resolveria as incoerências no modo de acessar o processo grupal. Além disso nos defrontaríamos novamente com o problema do grupo-objeto, que trouxe objeções para que propuséssemos a criação de uma situação com fins específicos de pesquisa como no grupo a ser coordenado pelo pesquisador, uma vez que entendemos que isso restringiria a análise, não permitindo que visualizássemos um processo para além do objeto.

A operacionalização almejada para o conceito de processo grupal não era alcançada satisfatoriamente por nenhuma dessas propostas de investigação, que acabavam por ampliar os focos de atenção e descentrar o conceito de processo grupal. Muitas perguntas necessitando respostas e definições surgiram antes de podermos nos centrar na nossa própria questão, perdendo objetividade e criando uma investigação sem um conceito central que a sustentasse.

Enquanto essas questões rondavam a construção metodológica, as exigências acadêmicas e meu próprio interesse pessoal me levavam a participar das disciplinas de Psicologia das Relações Humanas e Dinâmica de Grupo<sup>1</sup>, primeiramente em função da prática de ensino do curso e depois em função da minha vontade de continuar acompanhando a evolução da turma no semestre seguinte. Coincidentemente retornava, assim, ao cenário original de muitas das questões que compõe nosso problema de pesquisa. Essa reaproximação, entretanto, não se manifestava claramente e estava completamente (e acrescentemos ilusoriamente) dissociada de nossa questão, não estávamos (pesquisador e orientador) suficientemente convictos e autorizados a fazer uma possível ligação da

---

<sup>1</sup> Os dois semestres dessa disciplina vão ser referidos ao longo dessa pesquisa como Dinâmica I e Dinâmica II, respectivamente, que também é o modo utilizado cotidianamente pelos alunos e professores do curso.

temática de pesquisa com a experiência que se desenrolava e oferecia-se como campo de investigação. Esses comentários podem parecer aqui de alguma maneira desnecessários, tal a obviedade com a qual podemos supor a utilização da própria situação de grupo da disciplina de Dinâmica II. Mas é preciso comentar que essa obviedade de modo algum nos era evidente quando da elaboração de possíveis metodologias para a investigação do processo grupal.

Foi preciso a intervenção de uma colega<sup>2</sup>, que começava a sua trajetória de construção de pesquisa, para dizer aquilo que em outros momentos poderia ser óbvio. Argumentava ela, em uma das muitas discussões que realizávamos sobre as pesquisas em andamento no grupo de pesquisa, que sempre pensou tratar-se do nosso campo de investigação a disciplina de Dinâmica II, pois continha todos os elementos necessários a nossa proposta e despertava um interesse particular, por se tratar de uma experiência a qual não se pode ficar indiferente, em função principalmente do seu caráter vivencial, centrado na análise da experiência de aprendizagem. A utilização da Dinâmica II solucionava ou minimizava os problemas que discutimos anteriormente, uma vez que não ficaríamos restritos a uma visão particular do pesquisador por utilizarmos os registros feitos pelos próprios componentes do grupo e ao mesmo tempo o pesquisador estaria envolvido praticamente com a situação analisada e conhecendo intimamente a sua história, possibilitando a compreensão de elementos que talvez não fosse possível na outras propostas. Estes e outros pontos que foram fundamentais para a escolha da Dinâmica II são descritos e analisados com mais profundidade a partir da página 42.

A escolha da Dinâmica II como campo de investigação é então muito mais coerente

---

<sup>2</sup> Márcia Jacoby, Assistente Social, mestranda do curso de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS e professora do curso de Serviço Social da Universidade Luterana do Brasil.

com a minha trajetória pessoal e acadêmica e com a sustentação teórica exposta a seguir.

## **2.2 Algumas leituras que acompanham**

O conceito de grupo surge para dar conta de uma multiplicidade de relações, eventos ou situações coletivas que são estabelecidas pelas pessoas. O vocábulo grupo (grosso) surge como denominação para o ato de retratar um conjunto de pessoas, utilizado principalmente na arte, sendo posteriormente derivado para denominar reunião de pessoas, a partir do séc. XVIII (BARROS, 1994).

Historicamente, o estudo de grupo é associado à sociologia e à psicologia. Geralmente o marco inicial dos estudos dos pequenos grupos é atribuído a Kurt Lewin no início do século XX, como nos referem Luft (1968), e Lane (1986), mas também não podemos nos furtar de mencionar a Pesquisa Hawthorne, realizada por Elton Mayo a pedido da companhia Western Electric no final da década de 1920 e início da década seguinte. Roberto Romero (2001) ao comentar esse trabalho diz que apesar de carecer de uma teorização mais cuidadosa, foi a partir desse momento que se começou a delimitar um espaço para o estudo dos pequenos grupos, além de oferecer avanços importantes sobre as organizações e lançar as bases das chamadas escolas de “Relações Humanas”, entendimento que é compartilhado por Barenblitt (1986). No livro *Problemas de Dinâmica de Grupo*, editado em 1948 nos Estados Unidos, Lewin analisa o funcionamento dos grupos a partir de dois exemplos principais, a sociedade americana e a alemã. A partir das relações intergrupais, tenta explicar a formação e o funcionamento dessas duas culturas. Esse autor compreendia que o trabalho com grupos seria fundamental para a criação de estados democráticos e no treinamento de seus líderes. A educação em grupo e dos grupos

garantiria um funcionamento democrático e minimizaria os problemas decorrentes do ódio gerado pela diferença entre indivíduos e grupos.

As teorizações de Lewin desenvolvem-se a partir da descrição das relações dos indivíduos no grupo e dos grupos entre outros grupos, que ele denomina relações intergrupais. Defende uma reconstrução cultural e a aceitação de valores considerados positivos a partir do trabalho com grupos, pois segundo ele: *“o indivíduo aceita o novo sistema de valores e crenças quando aceita pertencer a um grupo”* (LEWIN, 1978, p. 82). Sua proposta educacional deu origem a toda uma linha de entendimento e trabalho com grupos que supõe o grupo como uma entidade passível de identificação dos elementos que a compõe e suscetível à manipulação para atingir determinados fins. Essa compreensão de grupos possibilitou a criação de inúmeras técnicas de treinamento utilizadas largamente nos mais diversos tipos de organizações, principalmente com o objetivo de minimizar conflitos e aumentar a produção das indústrias. Temos aqui a delimitação de um campo para a investigação dos grupos que parte de uma perspectiva organizacional, isto é, o grupo é entendido predominantemente em função da organização que o “contém”.

A análise de Lewin centra-se na descrição das condições grupais para desenhar uma proposta de educação individual para o futuro. Essa descrição baseia-se quase que exclusivamente nos aspectos explícitos das relações entre os indivíduos, não dando igual atenção a outros elementos que poderiam se supor implícitos na vida em grupo. Esse enfoque mais descritivo pode ser encontrado em Cartwright e Zander (1971), Beal, Bohlen & Raudabaugh (1972), Antunes (1987) e Minicucci (1980, 1991). Todos eles têm em comum o entendimento de que o grupo pode ser tomado como um objeto e que a chamada dinâmica de grupo é uma ferramenta utilizada como um meio de diminuir conflitos e aumentar a produtividade do grupo. Ao pensarmos sob esse paradigma estamos tratando o

grupo como algo que vai operar mudanças de comportamento nos indivíduos, adequando-os a uma exigência externa, como, por exemplo, uma produção maior ou mais veloz. O grupo é algo então passível da manipulação e que supostamente pode ter as suas intra-relações mapeadas. O foco dessa linha de pensamento não se dá naquilo que o grupo possa estar produzindo, mas sim naqueles aspectos do grupo que podem ser conhecidos e manipulados com fins de modificar o indivíduo. O conceito de grupo é aqui tomado como algo que pode ser delimitado objetivamente.

A partir dos estudos de Lewin, tornou-se comum denominar o campo de estudos dos pequenos grupos como *dinâmica de grupo*. Isso acarreta algumas imprecisões e confusões, como nos aponta Luft (1968), ao falar que essa expressão tem um caráter vago e nem sempre é utilizado em um sentido preciso. Esse autor cita expressões como *processos de grupo*, *psicologia de grupo* e *relações humanas*<sup>3</sup> que surgiram inicialmente para substituir o termo *dinâmica*. Entretanto, essas expressões<sup>3</sup> possuem significados diferentes e resultam em visões diferentes da realidade, tornando ainda mais complexo o posicionamento diante de diversas tendências para a compreensão do grupo.

Baremlitt (1986) associa dinâmica de grupo a uma corrente contemporânea de saberes teóricos-metodológicos-científicos, bem como práticas sociais, agentes, usuários, instituições e movimentos sociais. Isso nos dá a dimensão da variedade de utilização do termo que encontramos.

Nessa pesquisa o termo *dinâmica de grupo* vai ser utilizado como sinônimo para o

---

<sup>3</sup> Utilizamos aqui a palavra “expressão”, pois é a mesma que o autor citado utiliza. Fazemos essa ressalva pois nesse momento, as expressões citadas não estão sendo tomadas como termos definidos claramente dentro de uma perspectiva científica, mas sim como possíveis substitutos ao termo *dinâmica*.

campo de pesquisa e intervenção que coloca o conceito de grupo como ponto de partida. Incluímos nesse campo também outras tendências que vão além da proposta por Kurt Lewin, que não se inscrevem necessariamente na prática de intervenção em grupo nas organizações e empresas e não podem ser vinculadas às chamadas escolas de relações humanas, como as tendências clínicas, que podem ser pensadas a partir da psicanálise e do psicodrama e a visão a partir da psicologia social. Em função disso rejeitamos a correspondência do termo *dinâmica a relações humanas*, e entendemos que a substituição por *psicologia de grupo* seria mais adequada por possuir maior amplitude e poder contemplar tendências além daquelas identificadas com aspectos organizacionais.

Dentro desse campo destacamos a importante contribuição da psicanálise, Sigmund Freud, no seu texto de 1921, *Psicologia de Grupo e a Análise do Ego*, nos atenta para os componentes da vida em grupo relacionados a mecanismos inconscientes. Apesar do foco da extensa obra de Freud e ser historicamente associado aos aspectos mais particulares aos indivíduos, ele dedicou também sua atenção ao estudo dos grupos direta ou indiretamente em alguns textos como o já citado e outros como, por exemplo, *Totem e Tabu* (1913), *O Futuro de uma Ilusão* (1927) e *O Mal-Estar na Civilização* (1930). A contribuição de Freud para a psicologia social é tamanha que Pichon-Rivière (1986) nos diz que suas teorizações podem ser consideradas o ponto de partida para uma psicologia social, que abrange uma visão integral do problema da inter-relação homem-sociedade. Pichon-Rivière (1986), nos atenta, entretanto, que Freud não pode deixar de lado a perspectiva antropocêntrica, o que lhe impediu de conceber um enfoque dialético, que segundo ele seria o mais adequado ao estudo dos grupos.

Em *Psicologia de Grupo e a Análise do Ego*, Freud vai mostrar a constituição do grupo a partir de ligações libidinais entre os indivíduos, que se identificam com um líder



(que pode ser tanto uma pessoa carismática quanto uma idéia) que vai provê-los em sua falta. Isto é, através de um processo de identificação e projeção, os indivíduos se reúnem em torno de uma figura de liderança que é tida com um ideal, como algo que vai poder livrá-los de sua angústia e amá-los da mesma forma, tornando todos iguais entre si.

O grupo para Freud possui, em sua gênese, uma tendência à homogeneização dos indivíduos. Contudo, essa homogeneização não é total e diferenças emergem, fazendo com que o grupo sempre tenha que buscar um ponto de equilíbrio, ou uma distância adequada entre os seus componentes. Há aqui a idéia de que existe algo na vida em grupo que escapa a nossa percepção consciente, que não nos é acessível somente pelo aparente. É importante lembrar que Freud fala do comportamento de grandes massas, utilizando exemplos como a Igreja e o Exército, e centra seus questionamentos naquilo que mantém as pessoas unidas. É justamente nesse ponto que Claudio Neri (1999) diferencia os estudos de Freud dos de Wilfred Bion, outro autor que se dedicou ao estudo dos grupos pela via da psicanálise. Para ele, Bion dirige seu interesse para os pequenos grupos, ou mesmo subgrupos dentro de uma organização. Freud consegue, segundo Neri (1999), resolver seus questionamentos sobre a vida em grupo utilizando-se do mesmo mecanismo do complexo de Édipo. Bion, entretanto, não considera satisfatória essa explicação e tem o seu interesse voltado para os aspectos mais primitivos do grupo.

Bion (1970) faz uma diferenciação entre o que ele chamou de grupo de trabalho e grupo de suposições básicas. No grupo de trabalho, a atividade mental dos indivíduos está voltada para a tarefa a ser executada, enquanto que nos grupos de suposição básica conteúdos inconscientes se apresentam, fazendo com o que a tarefa seja dificultada em função de diversos mecanismos de evitação que têm em comum o fato de serem sustentados por comportamentos regressivos muito primitivos da formação psíquica, com o

grupo envolto em objetos parciais. O funcionamento dos grupos em suposição básica se dá, segundo Bion (1970), quando o grupo se vê diante de uma situação que lhe oferece muita angústia ou a possibilidade de vir a sentir angústia. Essa situação coloca então os participantes do grupo nesse funcionamento regressivo, em que os objetos são tomados como parciais e tenta se escapar daquilo que gera angústia ou é potencialmente angustiante. É importante comentar que ele parte dos estudos de Melanie Klein e argumenta que não pretende fazer uma correção dos estudos freudianos e sim uma ampliação daquilo que Freud descreve como o funcionamento dos grupos, que tem como gênese, para Bion, o funcionamento do grupo familiar. O conceito de grupo de suposição básica começa a enfatizar mais claramente a existência de elementos não completamente acessíveis através de uma estratégia de investigação que priorize os elementos visíveis e mapeáveis da realidade. Isso oferece novas possibilidades de investigação no campo da psicologia dos grupos.

Sobre esses aspectos implícitos da situação grupal, temos a importante contribuição de Enrique Pichon-Rivière. Ele nos oferece um modelo bastante complexo para pensar o grupo. De acordo com Pichon-Rivière (1986) o grupo se estabelece quando um conjunto de pessoas que estão motivadas por necessidades semelhantes se une em torno de uma atividade específica. Para a realização das tarefas, o seu desenvolvimento e respectivo cumprimento, estes indivíduos inicialmente amontoados, precisam organizar-se como grupo, tendo um objetivo comum a todos. O trabalho em grupo vai ocasionar o surgimento de uma série de outros elementos que não poderiam ser previstos inicialmente, elementos inconscientes e/ou não ditos se farão presentes, ora dificultando, ora contribuindo para a evolução do grupo. Com um forte caráter afetivo, o grupo evolui em forma de espiral, revisitando momentos passados com uma nova ótica, o que lhe permite um crescimento

dialético. Um conceito importante de Pichón-Riviére é o de esquema conceitual referencial operativo (ECRO), que é o conjunto dos valores e modos de atuação tanto individual quanto grupal. O ECRO grupal vai orientar a atividade do grupo, não existe a priori; ele é formado ao longo do funcionamento do grupo, a partir dos ECROs individuais de seus componentes. O ECRO grupal existe para além dos indivíduos, mas não distante deles ou mesmo desvinculado deles, é uma criação coletiva em que todos se reconhecem, mas que, ao mesmo tempo, não se constitui como uma totalização dos indivíduos no grupo, uma vez que o ECRO grupal é constantemente modificado pela operação do grupo na realidade e pela ação dos ECROs individuais.

Podemos situar Pichon-Riviére como um autor que transita entre duas perspectivas, a já comentada visão psicanalítica e a visão da psicologia social profundamente influenciada pelas teorizações da análise institucional.

O movimento institucionalista propõe uma análise da realidade a partir da reflexão em torno das condições onde se desenrolam as atividades coletivas, como nos diz Baremlitt (1996), podemos dizer que assim investiga a condição do homem a partir das suas instituições e tem como importante forma de acesso o estudo dos grupos. Ele credita a Lourau e Lapassade a criação dessa corrente de pensamento, apesar do termo *análise institucional* ter sido proposto por Guattari para denominar uma ação teórica e prática, como nos refere Rolnik (1987)<sup>4</sup>. Lane (1986) aponta que Lourau e Lapassade partem seus estudos a partir do grupo, por entenderem que seria possível atingir desse modo uma

---

<sup>4</sup> Rolnik se refere ao fato de Guattari ter proposto o termo em uma nota de rodapé no livro escrito por ele e organizado por ela; *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo* (1987). Essa nota é inclusive referida por Barros em uma nota de rodapé na sua tese (1994). Esse entendimento, contudo, não é unânime, uma vez que Lapassade reivindica para si o crédito de propor o termo análise institucional, em seu prólogo à segunda edição do livro *Grupos, Organizações e Instituições* (1983). Não nos importa aqui estender essa discussão, basta saber que os autores mencionados trabalham a partir de uma perspectiva que prioriza a análise dos aspectos institucionais para a compreensão da subjetividade.

análise no nível institucional.

Lapassade (1983), como um dos precursores do movimento institucionalista, busca em Sartre a idéia de um processo baseado na contradição da serialização pela totalização para explicar a formação do grupo. Para Lapassade (1983) o processo grupal se constitui numa tensão constante entre a série e a totalização, isto é, o grupo surge quando as pessoas, inicialmente organizadas como uma série, reúnem-se em torno de um objetivo comum e começam a criar uma idéia de totalidade. O grupo organizado vai surgir quando da criação de um juramento que regule os indivíduos, como algo além de cada um e ao mesmo tempo de todos. A partir daí são criadas funções e organizações específicas para a manutenção do grupo que vai seguir sempre com o temor da volta a serialidade.

A contribuição importante que Lapassade traz diz respeito justamente ao que ele denomina grupo organizado e as estratégias utilizadas para a manutenção de seu *status quo*. Diferentemente de Bion, que coloca as suposições básicas como mecanismos inconscientes, Lapassade vai nos apresentar mecanismos de organização do grupo que possuem tanto um caráter mais aparente quanto implícito. A burocracia que é criada para a manutenção do *status quo* do grupo possui aspectos e funcionamentos que vão além daquilo que está aparente. A força que move o grupo em direção à totalidade também não lhe é inteiramente consciente e o grupo se mantém num tensionamento constante entre a série e a totalidade. Lane (1986) ao comentar a obra de Lapassade nos diz que o grupo é caracterizado por essa constante contradição, pela constante negação da série.

Ainda em uma perspectiva de uma psicologia social que parte da análise das instituições, encontramos os estudos de Felix Guattari e Gilles Deleuze. Esses autores, ao trazerem conceitos próprios dos estudos psicanalíticos para aquilo que costumeiramente chamamos de psicologia social, fazem questionamentos importantes sobre a sua articulação

com aquilo que entendiam como a produção do sujeito, resultando em uma ação teórica e prática conhecida como Esquizoanálise. O ponto questionado por eles que consideraremos mais importante diz respeito ao inconsciente e ao desejo. Guattari (1996) insiste em pensar o registro do desejo atrelado a diversas modalidades de produção<sup>5</sup>, que englobam muito mais as relações sociais, políticas e econômicas, impulsionando a criação de um novo modelo estético para se pensar o inconsciente, onde este não estaria mais territorializado como algo do individual e sim como algo que se produz também em sociedade, em grupos, naquilo que é do trabalho e produção do homem. Vidal (1986) ao comentar as idéias de grupo na obra de Deleuze e Guattari diz que este pode ou não se tornar sujeito dos seus enunciados e práticas na medida em que se propõe a retomar o entrecruzamento de redes significantes em que se situa. A partir disso o grupo poderia se converter em uma instância transformadora.

Temos aqui a desconstrução do objeto grupo, em uma discussão semelhante à proposta por autores como Regina Benevides de Barros (1994). Ela comenta que a partir da noção de coletivo de Guattari mergulha-se na subjetividade enquanto processo, encarando a realidade como multiplicidade e não unidade, o que desmonta as dicotomias grupo-indivíduo e grupo-sociedade. A partir do referencial da esquizoanálise pode-se pensar o processo de subjetivação não mais atrelado ao indivíduo e sim rompendo alguns limites que tomamos como dados. Esses limites começam a ser encarados como construções humanas e não realidade objetiva, nesse contexto a idéia de sujeito não precisa ser “pessoalizada”. Essas reflexões se sustentam na tese de Barros (1994b) que entende que tanto o indivíduo

---

<sup>5</sup> É aqui tomado no sentido proposto por Guattari como algo “que processa tudo o que existe, natural, técnica, subjetiva e socialmente” (Baremlitt, 1996). Assim, a produção se coloca não como um objetivo, mas como um processo inerente às relações que se estabelecem no grupo.

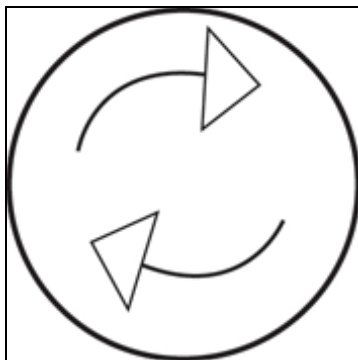
como o grupo funcionam a partir do mesmo registro, que é ao mesmo tempo um modo totalizante e individualizante. Segundo ela, isso resulta em um contexto onde o grupo e indivíduo são colocados como “rivais”, estando ambos sujeitos aos mesmos impasses. A partir disso, essa autora propõe um acesso ao grupo pela via da processualidade, optando por uma forma de trabalho na qual não se buscam significados, mas produzem-se sentidos.

A proposta de Barros (1994b), ao optar pela via da processualidade, indica uma visão de mundo específica, que se apóia no entendimento de que a realidade não existe como dado, mas sim como uma construção. Isso implica dizer que tanto sujeito como objeto são criações e que o mundo não se constitui como um ser, mas como processo, um eterno vir a ser. Nesse processo temos então a interação que constitui a gênese do sujeito e do objeto. Esse entendimento, inclusive já pode ser traçado desde a referência de Lapassade aos estudos de Sartre, que colocam o homem e o grupo como um eterno vir a ser, passando pelo referencial pichoniano que propõe o entendimento do homem pela relação vincular e também na perspectiva de Lane (1986), que comenta que o homem é construído a partir de uma relação recíproca com o meio. Isto quer dizer que o homem é ao mesmo tempo produto e produtor do seu meio, determinando um contexto basicamente social.

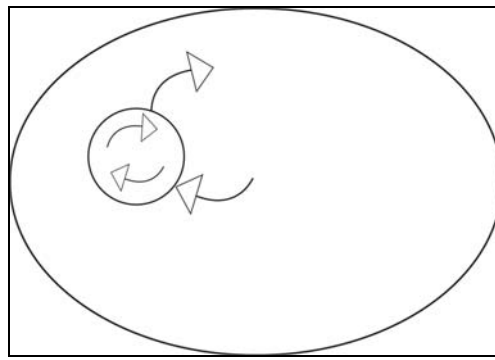
### **2.3 Uma pergunta que incomoda**

Diante dessa breve descrição podemos identificar duas tendências bem marcadas para compreender o homem em sociedade, a partir da perspectiva dos pequenos grupos. A primeira aponta para um grupo entendido enquanto objeto em uma perspectiva individualizante e pode ser percebida nos estudos de Lewin e nas escolas de relações humanas, Freud, Bion e na vertente psicanalítica, especialmente na prática clínica e mesmo

nas teorizações de Lapassade e Pichon-Rivière. Esses dois últimos, no entanto já começam a criar condições para pensarmos o grupo como processo, que é a via que Lane (1986) escolhe para pensar o grupo e tentar escapar da noção de grupo-objeto. Ela é bem sucedida em parte, pois apesar de colocar o grupo como um processo que deve ser conhecido historicamente, ainda o trata em função da organização ou da instituição. Ela pode ser usada como exemplo de uma segunda tendência que tem o mérito de trazer a discussão do grupo através do conceito de processo, mas ainda incorre no mesmo problema de acessar o grupo na lógica do registro individual. Essas duas tendências podem ser representadas graficamente pelas duas figuras a seguir.



**Figura 1:** O grupo como objeto. (desenho por Gustavo Schossler, 2005)



**Figura 2:** O grupo a partir das instituições (desenho por Gustavo Schossler, 2005)

Podemos nos perguntar aqui é se é possível articular essas duas tendências para ampliar a perspectiva de estudo e intervenção nos grupos através da utilização do conceito de processo.

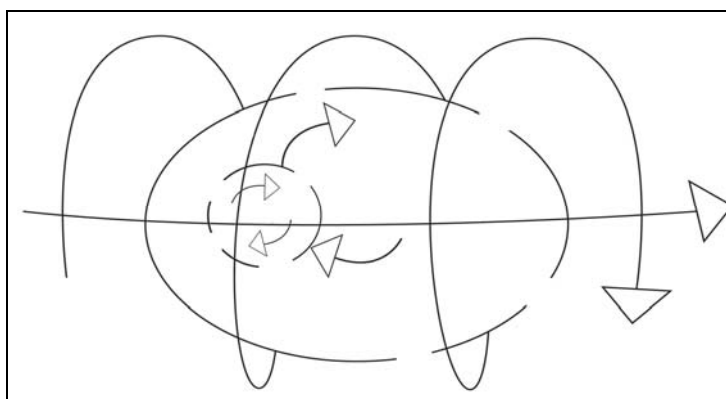
O conceito de grupo do qual partimos nesse trabalho é delimitado como um conjunto de pessoas que estão reunidas e ligadas em função de algum objetivo ou expectativa, e que desenvolve uma ação. Como pode ser percebido é uma definição que é dada externamente ao grupo e baseia-se na observação de uma prática social humana. Essa

conceituação possui também a característica de criar um dentro e um fora, na medida em que impõe limites para o grupo. Salita (2004, online) faz uma breve revisão e descrição nas definições clássicas de grupo propostas por diversos autores na qual pode ser percebido que em comum todos têm essa componente de citar o grupo como uma unidade restrita com exceção da já comentada proposição de Sartre como o grupo como um processo, um eterno vir a ser, que nos coloca frente a um impasse, como pode o grupo ser uma unidade restrita com limites que configuram um dentro e um fora e ao mesmo tempo ser entendido como um processo?

O acesso ao grupo pela processualidade já é proposto por Barros (1994b), que marca três diferentes enfoques para investigar e atuar nos grupos. O primeiro é o que ela refere como o enfoque habitual, o da experiência grupal, aquele que nos referimos que trabalha na lógica do grupo-objeto (nos exemplos de Lewin, Freud, Bion). O segundo é o que acessa o grupo pela instituição, que é o seu contexto (exemplificados na nossa descrição por Lapassade, Pichon-Rivière); o grupo aqui até pode ser visto como processo, mas um processo que habita instituições. O terceiro enfoque, referido como a escolha feita por Barros e que também vai ser o nosso ponto de partida, aponta o grupo como instituição, em uma perspectiva permanentemente histórica. Essa perspectiva é construída por Barros (1994b) em sua tese após uma discussão sobre diferentes abordagens sobre a teoria dos grupos que resulta em um diagrama que apresenta três enfoques principais, o primeiro que trabalha o grupo a partir do aqui e agora e apresenta uma discussão do grupo centrado sobre o grupo (que se aproxima daquilo que chamamos de grupo-objeto), uma segunda que trabalha o grupo tendo a instituição como o seu contexto (na qual o grupo habita instituições) e uma terceira que se propõe a trabalhar o grupo a partir de uma transversalidade entre o entre as duas. Barros (1994b) caracteriza o primeiro enfoque como



o “grupo-experiência”, onde o grupo é tratado como texto, sendo algo a ser compreendido ou decifrado e o segundo enfoque como o grupo *na* instituição, tornando-se assim contexto. A via que ela defende é aquela que se propõe a trabalhar o grupo a partir de uma transversalidade entre o texto e contexto, que pode ser graficamente representada pela figura 3.



**Figura 3:** A perspectiva transversal (desenho por Gustavo Schossler, 2005)

Essa última é a nossa escolha de trabalho, pois se aproxima da idéia de processo, uma vez que trabalha com duas noções; a de texto, que pode ser entendido naquilo que denominamos grupo-objeto, e contexto, que traz à discussão todo aspecto institucional da situação grupal e assim não estaremos mais trabalhando em uma lógica que entende grupos e instituições como individualidades, mas sim como múltiplos modos de existência.

Para tanto, propomos que o evento coletivo humano seja acessado pela via do processo grupal. Esse processo grupal que aqui falamos não é determinado exclusivamente por um grupo anterior, pois assim cairíamos na lógica do grupo-objeto, ou tampouco determinada exclusivamente pela instituição que o contém. O processo grupal é aqui colocado como uma forma de se acessar a constituição do sujeito.

O homem de que falamos aqui no sentido de sujeito é um produto de relações múltiplas. Temos o entendimento de que o processo de subjetivação não pode ser encarado

como uma unidade e sim como multiplicidade. Ao lançarmos a idéia do homem como resultado de um conjunto de relações, estamos rejeitando uma perspectiva essencialista. Isso significa dizer que rejeitamos a noção de que exista uma idéia de homem antes de sua existência, aproximando-nos das proposições de Sartre (1987), que responsabiliza o homem por sua existência, dizendo que o homem é o que faz de si mesmo.

A criação de imagens ou de uma realidade objetiva faz parte da constituição do homem como sujeito. Para compreendermos sob que enfoque falamos sobre o sujeito, podemos lançar mão da idéia de campo de produção de subjetividade comentada por Kastrup (2000), que se organiza como um espaço não composto por objetos, mas sim por fluxos, matéria fluida em agitação e movimento. O sujeito surgiria desse fundo de forças. O agenciamento dessas forças desconstruiria e produziria formas. A forma grupo poderia surgir desse agenciamento de forças e se colocar como uma forma de se dizer sujeito.

Estamos, portanto, investigando a subjetividade, dentro de uma perspectiva que contesta a equivalência de sujeito a indivíduo. Perspectiva essa que foi construída em função de um longo processo histórico, que segundo Barros (1994b), transformou o *um* em *o*, generalizando a singularidade. Isso pode ser entendido como a afirmação de que estamos vivendo um momento histórico com a tendência de equiparar sujeito a indivíduo, ou, em outras palavras, um contexto que apresenta o indivíduo como único modo de subjetivação possível. As reflexões de Barros, contudo, permitem que concebamos diferentes modos de subjetivação e nesse momento o conceito de processo grupal surge como alternativa.

Afirmamos que o processo grupal é uma forma singular de acessar a subjetividade. Isso implica dizer que estamos falando de uma especificidade, o que nos leva a perguntar se o processo grupal possui tal especificidade que o legitime como forma de investigação. Para responder essa indagação, novamente nos apoiamos em Barros (1994b) que diz que o

grupo não pode ser considerado um objeto de segunda categoria e nem colocado como menos importante diante de outros temas de pesquisa. Para colocar o grupal além de um lugar de dependência nos estudos da subjetividade, ela propõe o conceito de dispositivo, que nos coloca diante da perspectiva de pensar os seus efeitos subjetivadores. A partir disso diz que ainda é possível pensar na especificidade grupal, uma vez que o grupo pode se configurar como uma forma de produção de subjetividade diferente do indivíduo. Temos o grupal como não só conexões entre pessoas diferentes, mas também encontros de modos de existência diferentes.

Tomamos o conceito de processo grupal como algo mais amplo ao grupo, a partir de uma perspectiva que propõe uma definição de grupo a partir da definição do conceito de processo grupal. Isso implica dizer que rejeitamos a definição do grupo exclusivamente por fatores externos. Diremos que o grupo emerge de um conjunto de forças, de um processo que é anterior a ele. O grupo como objeto é a construção de uma imagem ou de um congelamento de um movimento, que só vai poder ser entendido em uma perspectiva histórica.

Como vimos, Barros (1994b) tenta acessar o grupo pela via da processualidade, mas não oferece uma delimitação do conceito de processo, optando por conceitos como transversalidade e investigando o grupo através da já exposta articulação de um dispositivo em função do texto-contexto. O dicionário Aurélio (FERREIRA, 1986) propõe algumas definições para processo, das quais duas vão nos interessar e servir de base para a compreensão do grupo como tal, que são “*sucessão de estados ou mudanças e maneira pela qual se realiza uma operação*”(P. 1395). Isso significa dizer que o processo em si não pode ser compreendido a partir de uma localização, e sim de um movimento, isto é, o processo é acessado a partir de indícios de uma ação que modifica o que está colocado,

sejam práticas, organizações, instituições ou a sociedade. Temos aqui o encontro com a noção de que o mundo é processo, como proposto por Barros (1994b, p 250).

Temos então que o fazer humano é processual, que a realidade é criada em função da nossa ação ou maneira que a realizamos, o que é uma faceta do conceito de processo que apresentamos. Essa noção de processo se opõe a uma localização específica para esse conceito, o que implica dizer este só pode ser conhecido a partir de indícios, ou partes de seu movimento, o que nos aproxima da idéia de dispositivo. Dizer que operamos pela lógica do dispositivo é dizer que não buscamos significados absolutos na experiência, mas sim que buscamos a construção de sentidos para o que foi vivido, que nos remete novamente a um viés histórico para analisar o processo grupal.

No seu dicionário de filosofia, Ferrater Mora (1979) fala que o conceito de processo se contrapõe ao ser estático e a substância. Afirma ainda que o termo processo é tão amplo que se torna praticamente impossível de ser manejado. Mora (1979) tem uma definição próxima à proposta pelo dicionário Aurélio quando diz que processo se compõe de uma série de acontecimentos e que toda ação é um processo ou possui um caráter processual.

Como já comentado, essa pesquisa inscreve-se junto a uma visão que a considera a sociedade como uma construção subjetiva determinada por uma multiplicidade de fatores e não como uma unidade. Essa pesquisa surge atravessada pelo referencial do que podemos chamar de psicologia social, isso quer dizer que o objeto que esse estudo pretende focar está inserido em uma visão de mundo e concepção de homem específica o que implica uma forma particular de pesquisa. Analisar uma produção humana a partir do conceito de processo é uma tarefa um tanto complexa, uma vez que esse conceito é extremamente amplo e algumas vezes referido como impossível de ser manejado praticamente (MORA, 1979).

Essa pesquisa coloca na sua origem uma tensão entre visões da situação grupal; resultando na tentativa de compreender o processo grupal, delimitando-o teoricamente a partir da construção de uma visualização prática para esse conceito. Para possibilitar essa operacionalização dentro de uma proposta de pesquisa em psicologia, optamos, como já comentado, por investigar o evento grupal pela via da multiplicidade, utilizando o enfoque do processo grupal dentro de uma perspectiva transversal. Longe de ser uma visão hermética, queremos com isso dizer que a experiência que utilizamos como referência para a pesquisa foi analisada em um modo que se pretende aberto, escapando de sentidos fechados a priori.

Ao pensarmos o grupo como um modo de produção de subjetividade diferente do indivíduo, poderíamos formular um problema de pesquisa que se fundamentasse na produção do grupo e em como essa produção era tornada possível. Mas mesmo assim o conceito de processo grupal se imporia como necessário para a compreensão da produção de subjetividade no grupo e este se mostrou insuficientemente delimitado e explorado, apesar de extensamente utilizado ao se trabalhar com o conceito de grupo.

Explorar o conceito de processo grupal é então fundamental para que possamos trabalhar em uma perspectiva que considera o grupo como um espaço possível para o encontro e criação de modos de existência diferentes. Entendemos que é preciso uma delimitação do conceito de processo grupal para podermos operar com o conceito de grupo sem cair na lógica da subjetivação individual somente. Colocar o processo grupal em primeiro plano é tirar o estudo dos grupos de uma segunda categoria e colocá-lo como ênfase fundamental para compreender o homem contemporâneo e como sua subjetividade é constituída, uma vez que temos o entendimento de que o sujeito e a sociedade são modos de existência construídos historicamente a partir de uma multiplicidade, e estão longe de

uma definição como objetos absolutos em-si.

Diante do exposto, a nossa questão de pesquisa é: como possibilitar a visualização do processo grupal?

### **3. UM CAMINHO PLENO DE MUDANÇAS**

Propor-se a realizar uma pesquisa em ciências humanas, particularmente em psicologia, significa ter diante de si uma quantidade considerável de visões de mundo e modalidades operacionais. Em função disso é fundamental que seja feita um esforço para precisar sob qual perspectiva estamos trabalhando e deixar claro o referencial que utilizamos em nossa investida ao campo empírico.

Nosso objeto de pesquisa guarda algumas características particulares, o que lhe confere um caráter bastante específico e exige uma metodologia de investigação que dê conta de sua complexidade. Neste capítulo expomos de onde partimos conceitual e operacionalmente para desenvolver nossa pesquisa sobre processo grupal.

Além disso, a nossa forma de acesso ao empírico também possui elementos muito particulares que foram determinantes na sua escolha e que influenciaram fundamentalmente o modo como desenvolvemos os procedimentos de pesquisa e a escolha do referencial que os sustenta. Essa discussão está igualmente contemplada ao longo dessa parte da dissertação.

### 3.1 Aproximação teórico-metodológica

Quando falamos em buscar o conceito de processo, estamos buscando uma forma de poder visualizar a mudança, para tanto não nos interessa como ponto principal a delimitação de uma totalidade do grupo, mas sim os movimentos que constroem e destroem (simultaneamente) essa totalidade, o que confere ao grupo o seu caráter de eterno vir-a-ser.

Estamos, assim, construindo um objeto de conhecimento que se admite desde a sua gênese não ser uma totalidade acabada ou completa, mas sim um agenciamento de fluxos e forças, que convergem para a criação de imagens, que podem, então, ser compreendidas como totalidades. Essas reflexões servem de base para a nossa escolha por realizar uma pesquisa com uma perspectiva transversal, que como já comentado, tenta fugir do plano meramente horizontal ou vertical, e se propõe a uma investigação que rompe com uma visão bidimensional da realidade social, baseada na contraposição do sujeito ao objeto.

Quando optamos por uma investigação baseada na transversalidade tínhamos claro que o nosso modo de trabalho não poderia basear-se somente na análise de uma experiência de grupo, era preciso que ampliássemos o nosso modo de ver e compreender a realidade, do contrário estaríamos perpetuando uma visão horizontal da produção de subjetividade. Em função disso e da amplitude das referências de material e registros que possuíamos, optamos por uma metodologia que se baseia na construção de uma série de analisadores significativos da experiência, que tem como eixo principal a delimitação do conceito de processo grupal.

Quando falamos em analisadores queremos dizer que nosso modo de pesquisar se fundamenta na utilização de situações, falas, movimentos, registros, discussões e questionamentos que consideramos chaves para a compreensão da realidade investigada.



Podemos também dizer que o nosso próprio jeito de conduzir a elaboração da metodologia de pesquisa é um analisador.

A partir desses analisadores, buscamos compreender como o processo grupal pode ser acessado e como podemos delimitar a sua existência. Os analisadores são, portanto, os elementos que tomamos como base para visualizar o conceito de processo grupal, a sua utilização é fundamental, pois somente conseguimos perceber o processo a partir de seus efeitos. Não queremos com isso dizer que utilizamos um recorte cronológico, pelo contrário, não colocamos os acontecimentos necessariamente em função de seus antecessores, mas sim, entendemos que os eventos analisados são multideterminados, o que nos coloca novamente diante da discussão sobre a necessidade de utilização de um enfoque transversal.

Entendemos por transversal o modo de investigação que supõe uma multiplicidade de elementos para explicar o evento em questão e que rejeita a totalidade como fator fundamental para a compreensão da realidade. Em função disso optamos por não utilizar a perspectiva dialética, mesmo que essa tenha sido importante para chegarmos ao conceito de processo grupal. Tanto Lapassade quanto Pichon-Rivière, utilizam o enfoque dialético como ponto de partida e são autores importantes quando queremos explorar a questão processual do grupo. Entendemos, entretanto, que a dialética, como proposta por Konder (1981), apoiando-se na criação de totalidades para que a pesquisa se torne possível e visualize-se a transformação, não é adequada para o nosso modo de investigar. Não temos como meta a definição de totalidades, mas sim a exploração de possibilidades de compreensão, admitindo a possibilidade de existência de mais de uma visão coerente e consistentemente aceitável. A perspectiva transversal é, então, a possibilidade de transitar entre diferentes pontos de vista e entendimentos sobre uma questão, para, a partir desse

caminho, poder chegar a uma delimitação, reconhecidamente também transitória, do problema de pesquisa. A característica fluida e móvel do nosso conceito central torna essa perspectiva a mais adequada ao nosso modo de investigar, pois mais do que se preocupar com os objetos, ela faz do movimento, da ação ou transformação o seu objeto de pesquisa.

Resta ainda explicar a nossa escolha de onde realizar a investigação. Desde o projeto, colocamos duas possibilidades principais de investigação, a primeira dizia respeito à observação de uma situação em grupo e a segunda residia na proposição de um grupo a ser coordenado pelo pesquisador e servir de campo de investigação.

Na primeira opção tínhamos o problema do registro, da obtenção de uma contextualização histórica adequada do grupo e das possibilidades de abertura dos participantes a participação na pesquisa, o que poderia se tornar um empecilho ao desenvolvimento das atividades normais do grupo. Pensávamos que a inserção de um pesquisador no grupo já em andamento poderia de alguma forma inibir os participantes, gerando uma atuação artificial que não corresponderia à realidade da situação. E, além disso, ainda estaríamos incorrendo no mesmo problema de operar na lógica do grupo-objeto.

Na segunda opção, de um grupo coordenado pelo próprio pesquisador, persistiam os problemas referentes ao registro dos encontros, mas a contextualização do grupo estaria mais acessível, uma vez que este seria criado exclusivamente com fins de servir para uma investigação. Porém, isso também trazia o problema de se utilizar uma situação artificial como campo de pesquisa, apesar de contar com a vantagem de o pesquisador ter mais controle sobre os elementos observados, podendo promover mudanças que achasse adequado ao longo dos encontros do grupo. Isso, contudo, poderia contribuir para tornar a forma de registro do material muito parcial e enviesada pela perspectiva particular e

subjetiva do pesquisador, o que poderia restringir as possibilidades de análise. Sobre esse ponto, aventou-se a possibilidade de utilizar o recurso de filmagem, registrando as reuniões e possibilitando diversas interpretações do material, além de permitir também o registro da comunicação não verbal e das movimentações físicas dos participantes de maneira muito mais precisa do que por meio de anotações de um observador. Contudo ainda aí persiste uma incoerência na forma de pesquisar, pois tanto na observação sem filmagem quanto na observação com filmagem, estaríamos tentando inferir o processo a partir do grupo, o que não é condizente com o embasamento teórico de nossa pesquisa.

### **3.2. Dinâmica II?**

Como pode ser percebido, as possibilidades de investigação que discutimos anteriormente não atendiam satisfatoriamente as nossas necessidades, mostrando-se por vezes incoerentes com a nossa proposta teórica. Optamos, então, por uma terceira possibilidade; a de se tomar como ponto de partida uma experiência que se desenrolava paralelamente a esses questionamentos e que até então não tinha sido cogitada como campo de investigação, que eram as atividades da disciplina de Psicologia das Relações Humanas e Dinâmica de Grupo II.

Uma série de fatores contribuiu para a opção pela disciplina de Dinâmica II, os quais são:

a) é uma atividade de grupo que já estava em curso, estaríamos então pesquisando o tema do processo grupal associado a uma prática social reconhecida e legitimada pela instituição que a contém, resultando na possibilidade de que os desenvolvimentos dessa pesquisa possam ser utilizados com o objetivo de aprimoramento das técnicas, atividades e

teorizações das disciplinas de Dinâmica I e II.

b) a característica da disciplina de ser focada na análise da própria experiência grupal

c) a existência de produção de trabalhos científicos e apresentações em congressos e encontros sobre a experiência e metodologia de ensino/aprendizagem da disciplina<sup>6</sup>

d) a experiência a ser utilizada como recorte empírico, aconteceu sem nenhuma intervenção ou estruturação no sentido de pesquisa ou sistematização de investigação, o que nos afasta da possibilidade de uma artificialização em função da proposta de uma investigação.

e) a obtenção de autorização por parte de todos os alunos ao final do semestre para a utilização dos registros do semestre como recorte empírico para a pesquisa.

f) os registros feitos ao longo do semestre pelos próprios alunos sobre a experiência que participavam, além do acesso ao trabalho final da disciplina, o que nos aproxima da realidade dos participantes do grupo de uma forma que não seria possível nas outras alternativas.

g) o fato de o pesquisador ter um amplo conhecimento da maneira como está estruturada a disciplina por ter participado de diferentes modos ao longo da sua formação acadêmica e profissional (como aluno, monitor e professor vinculado a prática de ensino), o que certamente ajuda na elaboração da análise sobre a situação, uma vez que não estamos investigando um evento totalmente estranho e alheio a realidade do pesquisador.

---

<sup>6</sup> Para maiores detalhes, vide referências nos itens OLIVEIRA et al. 2003 e TIBULO et al. 2003

Cabe aqui descrever a situação que foi utilizada como campo de pesquisa. As disciplinas de Psicologia das Relações Humanas e Dinâmica de Grupo I e II do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul são realizadas ao longo de dois semestres, tendo início no quarto semestre do curso de graduação em psicologia. São disciplinas obrigatórias e tem como objetivo apresentar as principais teorizações sobre grupos, capacitando os alunos em observação de situações grupais e coordenação de reuniões, conforme descrito no programa das duas disciplinas (ver anexo A e B). A meta não é a formação de coordenadores de grupo; o trabalho é centrado na reflexão, tanto teórica quanto prática, dos diferentes elementos historicamente estudados associados ao grupo, como liderança, comunicação, transferência, resistência à mudança, o papel do indivíduo no grupo, cooperação, tarefa, entre outros.

O momento que escolhemos como campo de investigação nessa pesquisa, como já mencionado, é o segundo semestre da disciplina, que é baseado no estudo da técnica dos grupos operativos e utiliza os seus conceitos para analisar as aulas, conforme descrito no programa da disciplina. Isso significa dizer que junto à experiência de aquisição de conhecimento acadêmico, há uma preocupação com o entendimento das relações afetivas que se fazem presentes no grupo.

Temos, então, após um semestre em que a ênfase da disciplina é dada por discussões teóricas em sala de aula sobre as observações de atividades de grupo fora da Universidade, a segunda disciplina que é focada na análise das situações que ocorrem em sala de aula, em função da proposta de trabalho que tem como eixo central a coordenação de pequenos grupos. A turma de, em geral, quarenta alunos que desde o primeiro semestre é dividida em duas turmas de até vinte alunos, denominadas A e B é dividida na Dinâmica II em mais dois pequenos grupos de aproximadamente dez alunos. No caso do semestre

específico que tomamos como base, utilizamos os registros da turma B, que tinha dezenove alunos matriculados e estava dividida em dois grupos menores B1 e B2 com nove e dez integrantes respectivamente. Como equipe docente, a turma B contava com o professor titular da disciplina e um monitor, além da presença do pesquisador, vinculado em função do seu curso de mestrado. Essa presença era freqüente fonte de discussões sobre a denominação que deveria receber o pesquisador, que foi chamado de professor, monitor, bolsista, observador, até que ao final do semestre convencionou-se denominar ludicamente de acompanhante grupal (AG), denominação essa que poderia ser expandida igualmente ao monitor.

A disciplina é organizada em função do tema central, que é a coordenação de pequenos grupos e tem como base teórica os textos do livro *O processo grupal* de Enrique Pichon-Rivière. O funcionamento da Dinâmica II é baseado em duas modalidades de aula, a chamada de *grande grupo* e a de *pequenos grupos*, como a freqüência das aulas é de duas por semana, tínhamos uma aula de pequeno grupo e outra de grande grupo por semana.

As aulas de grande grupo são realizadas contando com a totalidade dos alunos matriculados na disciplina em cada turma. Essas aulas têm como foco principal a discussão de aspectos teóricos gerais e muitas vezes contam com a presença de um palestrante convidado para discutir algum tema ou técnica de intervenção em grupo específica. Intercaladas a essas, temos as aulas de pequenos grupos, que são centradas na experiência de coordenação e nas quais se exige que cada aluno experimente o lugar de coordenador. Isso é feito da seguinte maneira: as duas primeiras aulas são coordenadas pela equipe docente, enquanto um dos alunos é responsável pela elaboração de um relato dos eventos da reunião. Nas duas próximas aulas, aquele aluno que era o relator assume a função de coordenador e novo aluno assume a função de relator e assim subsequentemente até que

todos os alunos tenham relatado e coordenado duas reuniões.

As aulas de pequeno grupo contam com a presença permanente dos monitores da disciplina e com a presença intercalada do professor titular. No caso da turma que tomamos como base para essa pesquisa, as aulas de pequeno grupo contavam com a presença constante do monitor e do pesquisador, além da presença alternada do professor, que em cada semana estava presente em um pequeno grupo. No início do semestre a turma B1 contava com a presença do pesquisador e a B2 com a do monitor, o que foi invertido, juntamente com a troca de sala, a partir do meio do semestre como estratégia para provocar novas situações e possibilidades de análise e olhares para as discussões dos pequenos grupos. Os encontros do pequeno grupo se desenrolavam sem interferência direta dessa equipe docente, que estava presente como recurso didático e para a realização de uma discussão avaliativa sobre a coordenação ao final de cada encontro. Em alguns momentos, contudo, eram feitas intervenções por parte da equipe, que sempre, à exceção do momento de avaliação final de cada aula, sentava-se fora do círculo formado pelos participantes com suas cadeiras, com o objetivo de não perturbar a coordenação com a sua presença.

Essa modalidade de funcionamento foi construída ao longo de muitas discussões e tentativas de intervenção em sala de aula que eram realizadas pelo professor e pela equipe de monitoria. Cada semestre possui suas especificidades, pois além da óbvia mudança de alunos matriculados ocorre também a mudança na equipe de monitoria, que começou com apenas um monitor para chegar a contar com mais de oito atualmente. Isso acarreta a criação constante de novas modalidades de intervenção e relacionamento com a construção de conhecimento. Essa característica da Dinâmica I e II, inclusive, já serviu de base para a elaboração de trabalhos e apresentações em encontros e congressos científicos, já citados anteriormente.

O aspecto formal e burocrático dessa descrição não explica, contudo, a importância que essas disciplinas adquiriram historicamente para os alunos do curso, especialmente a Dinâmica II, que é a que enfocamos em nossa investigação. Por essa disciplina ter um caráter claramente vivencial, tendo com uma das principais características a exploração das situações em aula, tanto dos aspectos teóricos quanto afetivos, ela ocupa um lugar de destaque para os alunos dessa etapa do curso. Antes mesmo de se matricular para realizá-la, o aluno já a conhece e muito frequentemente já escutou histórias sobre o que ocorre ao longo do semestre, criando uma série de expectativas do que está por vir. Isso pode ser claramente percebido no início do semestre, quando a discussão nos pequenos grupos gira em torno das impressões que cada um tem da disciplina e das combinações sobre o funcionamento das aulas. Falas que se referem principalmente a sentimentos de expectativa e suspense em relação ao andamento das aulas estão sempre muito presentes.

Tampouco, somente a proposta da disciplina centrada na análise da vivência não explica as particularidades que encontramos ao investigar essa experiência. É preciso comentar também sobre o período do curso em que essa disciplina é oferecida e os alunos em sua maioria a realizam. Trata-se do momento em que se iniciam os estágios obrigatórios e para a maior parte dos alunos, o primeiro contato com o aspecto mais prático do curso, que até então era predominantemente teórico. Questionamentos sobre a profissão, sobre as possibilidades de atuação na psicologia, inquietação sobre as escolhas profissionais, incertezas e dúvidas sobre formas de atuação e posicionamento em situações profissionais são muito freqüentes e podem ser atribuídas em parte a esse momento do curso. O contraste entre o que era somente estudado teoricamente com a atuação prática provoca o surgimento de diversos questionamentos que encontram espaço para serem discutidos nos encontros em pequenos grupos, em função do seu caráter não diretivo, que prioriza a análise daquilo que



emerge das falas e não a proposição de assuntos a serem discutidos.

Historicamente, a disciplina de Dinâmica II serve como um espaço de reflexão sobre a realidade dos alunos do curso de psicologia da UFRGS e, não raro, é o ponto de partida de muitas iniciativas de atuação institucional dos estudantes. Isso não pode ser encarado como um dos objetivos da disciplina, pois não o é, mas é um frequente “efeito colateral” das discussões dos pequenos grupos.

A necessidade de contextualização da disciplina para além das exigências formais acadêmicas é dada pela nossa percepção de que a visualização do processo grupal não é obtida somente pela observação dos encontros do grupo, mas é composta de elementos mais amplos, entre eles toda a estrutura organizacional que a cerca, bem como as implicações afetivas que podem estar presentes. Isso foi determinante na escolha da turma B como primeiro semestre de 2004 como nosso campo de pesquisa. A escolha dessa turma se deu principalmente pelo fato do pesquisador ter acompanhado de perto todo o desenvolvimento do semestre, o que não ocorreu com a turma A em função da organização da disciplina, que no semestre de 2004/1 contou com três pequenos grupos e a presença de seis monitores. A quantidade de material que tínhamos a disposição, se contássemos com aquele produzido pela turma A, também foi uma fator determinante, uma vez que entendemos que o tempo disponível não seria suficiente para a realização da análise, posto que a nossa preocupação era com um estudo qualitativo exploratório e não com o levantamento qualitativo de situações de grupos. O que não impede, contudo, que estudos similares possam ser desenvolvidos utilizando-se do material da turma A. É, porém, inegável que a participação do pesquisador na turma A também tenha influenciado a sua análise das situações ocorridas na turma B, pois não podemos deixar de entender todo o contexto no qual se desenrolou a experiência de investigação.

### 3.3. Acesso ao material empírico

Uma vez decidido o nosso campo de investigação tínhamos à disposição um material bastante rico para análise, que é descrito como:

a) **Relatos das reuniões:** são os textos produzidos pelos próprios alunos a cada aula, como atividade obrigatória da disciplina. O objetivo desses textos era registrar os acontecimentos de cada aula, para servir de base para a preparação da coordenação dos alunos. A cada duas reuniões os relatores assumiam a coordenação e eram substituídos pelo próximo relator. Nesses relatos constam descrições das situações vividas em sala de aula, com transcrições de alguns diálogos, bem como observações pessoais dos relatores. Todos os relatos eram armazenados na pasta específica de cada pequeno grupo.

b) **Anotações:** são as notas, rascunhos e pequenos textos feitas pelo professor, monitor, pelo pesquisador e pelos alunos ao longo da disciplina e se referem aos entendimentos e suposições sobre as situações que aconteciam em sala de aula. Essas anotações ficavam a disposição de todos na respectiva pasta de cada pequeno grupo.

c) **Material produzido em sala de aula:** cartazes, cartões e textos produzidos em sala de aula pelos alunos, vinculados ou não a proposição de técnicas de dinâmica de grupo pelo coordenador de cada encontro. Em geral esse material era confeccionado com o objetivo de sistematizar as discussões que aconteciam em sala de aula e poder oferecer uma graficalização dos conceitos.

d) **e-mail:** mensagens eletrônicas trocadas pelos participantes da disciplina na lista de distribuição criada com fins específicos de comunicação extra-classe com os alunos e continuação das discussões de sala de aula.

e) **Lembranças:** são situações, eventos, suposições e análises sobre a disciplina que não estão registrados de forma escrita, mas são recordadas pelo pesquisador, monitor ou professor.

Todo esse material acima descrito pode ser datado e referido a encontros específicos dos pequenos grupos, o que possibilitou a sua sistematização a partir de uma tabela para cada pequeno grupo dividida pelos dias das reuniões no eixo vertical e pelas diversas formas de registro, que compunham o eixo horizontal (ver anexo C).

Além desse material, também tínhamos a disposição dois textos construídos de maneira coletiva pelos integrantes de cada um dos grupos e que foi o trabalho final da disciplina. Esses textos foram realizados a partir de uma ferramenta de escrita colaborativa denominada Equitext<sup>7</sup> desenvolvida pelo Programa de Pós Graduação em Informática na Educação da UFRGS. Essa ferramenta possibilita que tenhamos acesso ao texto final, bem como ao seu modo de construção, tendo registro das suas alterações cronologicamente e a identificação do autor de cada modificação.

Para além dos registros que tínhamos a disposição para a criação da tabela e análise prévia das situações que aconteceram na disciplina, propusemos a realização de um total de cinco encontros com aqueles alunos que tivessem interesse em discutir a análise da experiência.

Tais reuniões poderiam ser tomadas como o principal recurso a ser utilizado como campo de investigação, porém, como partimos de um enfoque transversal, optamos por utilizá-las como mais um analisador, para poder também privilegiar as outras formas de registro que possuíamos e não restringir a nossa análise. O nosso objetivo com essa

---

<sup>7</sup> A descrição completa e a ferramenta de escrita colaborativa encontram-se disponíveis no endereço virtual <http://equitext.pgie.ufrgs.br>

proposta era poder tornar a análise mais próxima dos que viveram a situação analisada, minimizando assim a parcialidade da análise do pesquisador, o que não seria possível se utilizássemos como único recurso os registros das reuniões de discussão.

Os encontros eram abertos a todos que quisessem participar da discussão e tivessem feito parte da turma B de 2004/1 da Dinâmica II e ocorreram semanalmente a partir da segunda semana de outubro de 2004. O tema proposto nas discussões girava em torno do conceito de processo e como isso era significado pelos participantes após terem realizado a disciplina. Os registros dessas reuniões foram feitos de três maneiras, através de anotações ao longo da discussão, da gravação em áudio da conversa e da confecção de um relato pelo pesquisador após a realização de cada encontro.

### **3.4. Aproximação com a pesquisa-ação**

A escolha da Dinâmica II como nossa base empírica confere particularidades importantes a nossa pesquisa, entre as quais se destaca a proximidade do pesquisador com a situação, que determina a forma como encaramos o nosso modo de pesquisa. Poderíamos pensar que a familiaridade do pesquisador com o campo de investigação o levaria de algum modo a conclusões viciadas, sem que pudesse ser feito realmente um questionamento consistente sobre o que se pesquisa. Compreendemos que essa é realmente uma armadilha a qual estamos sujeitos, pensamos, entretanto, que é um risco que temos de correr, pois partimos do ponto de vista que pesquisar é se fazer estranho na sua própria realidade.

Em outras palavras, nosso modo de pesquisar prioriza o questionamento daquilo que fazemos cotidianamente para compreender as questões teóricas que nos colocamos. Em função disso não achamos adequada busca por um campo empírico distante, no qual não

estivéssemos imersos. Admitindo o risco de encontrarmos pontos em que a nossa análise possa ter sido limitada pela nossa proximidade com o campo de investigação, entendemos que nossa pesquisa é muito mais produtiva e cria novos modos de pensar e agir quando problematizamos aquilo que é da nossa prática cotidiana.

Essa discussão é importante, pois em nossa investigação o pesquisador não estava assim colocado desde o início da experiência, sendo apenas um dos participantes da equipe docente da disciplina, uma vez que a discussão que resultou na transformação da proposta metodológica, somente aconteceu ao final do semestre letivo.

Isso o torna também sujeito dessa pesquisa, inviabilizando uma pretensa neutralidade de sua parte, sendo somente possível porque não consideramos que a pesquisa em ciências humanas possa ser feita sob um ilusório véu de neutralidade. Entendemos que ao pesquisar as práticas sociais e os fenômenos humanos, não podemos nos impor um distanciamento pretensamente neutro, uma vez que estamos pesquisando a nossa própria realidade e ao mesmo tempo a construindo.

Esse entendimento nos aproxima daquilo que Gajardo (1986) fala sobre pesquisa-participante, que diz respeito às investidas que procuram conhecer a realidade, transformando-a. Nossa investigação talvez não possa ser completamente definida sob esse conceito, já que não participamos da experiência desde o início com o objetivo de realizar uma pesquisa, apesar de a experiência tomada como base empírica ter claramente a intenção de ser uma transformação da realidade daqueles que dela fazem parte. Thiollent (1984) amplia o conceito de pesquisa-participante ao falar da pesquisa-ação, colocando que enquanto que no primeiro tipo, a atenção está mais direcionada ao papel do investigador, a segunda está voltada para a ação em si. Ele ainda nos diz que a pesquisa-ação busca produzir novas formas de conhecimento social e novos relacionamentos entre

pesquisadores e pesquisados e desse modo novos relacionamentos de ambos com o saber (1984, p. 103). Essa definição se aproxima mais daquilo pretendemos com essa pesquisa, pois estamos centrados no movimento, ou na ação das pessoas e assim objetivamos conhecer a realidade e a construção do saber, colocando em questão um conceito central para a experiência tomada com base empírica, que é o de processo grupal.

Nossa pesquisa ainda se aproxima da pesquisa-ação na forma como foram feitos os registros, pelos próprios participantes, que os envolve na investigação de modo determinante. Os participantes desta pesquisa não são encarados como meros informantes da realidade, são também tomados como agentes que participam da construção do conhecimento.

Sustentamos esse entendimento também a partir do procedimento que previu as reuniões de discussão com os participantes da Dinâmica II. Esse procedimento nos mostra mais uma vez a aproximação da nossa pesquisa com o referencial da pesquisa-ação, uma vez que os seus participantes ou a experiência utilizada como base para análise não está colocada somente como reservatório de informações, em uma condição passiva. Ao contrário, entendemos que o problema de pesquisa e a sua construção analítica também passa pela ação dos participantes da pesquisa. Em função disso previmos em nossa pesquisa um espaço de discussão dos achados e desenvolvimentos da análise dos dados.

Não podemos afirmar categoricamente que utilizamos a pesquisa-ação como metodologia, mais correto é dizer que nos baseamos em seu referencial teórico para construir nosso modo de pesquisar, uma vez que nosso objeto de estudo não se presta à construção de hipóteses rígidas e sim precisa de orientadores ou analisadores algo que é sustentável a partir da pesquisa-ação, como já refere Thiollent (1984), ao discutir as características dessa metodologia. Essa pesquisa define-se, então, como uma investigação

exploratória de caráter qualitativo, que se apóia em pressupostos da pesquisa-ação, a saber; a participação do pesquisador como sujeito da pesquisa, o foco na articulação teoria-prática, a participação ativa dos pesquisados na construção da pesquisa e a produção de novos modos de relacionamento do pesquisador e dos pesquisados com o conhecimento.

### **3.5. Análise dos dados**

A análise dos dados que realizamos compreende então três procedimentos principais:

- 1- a caracterização da disciplina de Dinâmica II,
- 2- a sistematização dos registros da experiência da turma B1 e B2 do primeiro semestre de 2004,
- 3- as discussões sobre a análise da experiência de ensino/aprendizagem em função da realização dessa pesquisa.

A partir dos procedimentos acima descritos, podemos destacar alguns pontos que consideramos cruciais para a compreensão do processo grupal na situação investigada. Esses pontos podem ser caracterizados como momentos chaves, nos quais podemos perceber com maior clareza quais elementos estão em ação e de que forma aqueles indivíduos estão organizados como grupo ao longo do processo. Tais momentos serão os orientadores da nossa análise e podem ser assim descritos a partir da referência dos encontros dos pequenos grupos: 1- O início, 2- A primeira coordenação dos alunos, 3- A troca de AG, 4- A construção do trabalho final, 5- O final.

Precisamos dizer que esses momentos chaves podem ser encarados em uma perspectiva cronológica unidirecional, esse não é, contudo, o nosso enfoque, uma vez que

entendemos que o processo grupal não possui uma direção constante, mas sim agenciamentos de fluxos que compõe a criação de imagens e modos de ação. Com isso não queremos dizer que não operamos em uma perspectiva histórica, pelo contrário, pensamos que só poderemos conhecer o processo grupal se estivermos atentos ao contexto e às suas implicações dentro de uma visão que contempla os desenvolvimentos anteriores. O que queremos deixar claro é que ao falar de processo grupal, não podemos ser rígidos ao ponto de afirmar que determinadas situações ou relações estão superadas, isto é, não voltarão a aparecer.

Temos o entendimento de que o movimento do grupo coloca constantemente em primeiro plano diversos elementos e padrões de relação que são ou não perpetuados em função de diversos fatores, mas que de modo algum podem ser encarados como superados se por ventura não se fazem presentes com a mesma intensidade do que em situações passadas.

Dizemos isso porque a exposição dos momentos chaves a seguir segue uma lógica que privilegia um determinado aspecto da situação grupal, mas que só poderá ser compreendido em função de outros aspectos que também se fazem presentes, mas podem ser da ordem do não dito ou da comunicação além do verbal. Isso é o mesmo que dizer que determinado momento escolhido para análise não pode ser significado em si mesmo, mas sim a partir da relação com outros momentos do grupo e elementos exteriores ao grupo, o que nos coloca imediatamente diante da noção de processo, que carrega a idéia de que só poderá ser percebido em função da transformação e não da totalidade absoluta.



## **4 OLHANDO DE PERTO**

A complexidade dada pela própria definição do nosso objeto de pesquisa como algo que é marcado pela constante transformação se constitui como um desafio à análise do material que tínhamos à disposição. Para torná-la possível optamos por trabalhar a partir de analisadores, ou momentos-chaves, que servirão como pontos de orientação para a discussão sobre o processo grupal e como base para a sua possível visualização.

Este capítulo está dividido em duas partes principais, na primeira expomos e descrevemos os momentos-chaves, enquanto que na segunda parte é feita uma discussão e problematização do conceito de processo e das possibilidades e limitações de se criar uma forma para a sua visualização. Como interlúdio há uma breve discussão sobre a realização das reuniões de discussão depois do final do semestre e como estas foram determinantes para a construção de nossa análise.

### **4.1 Momentos-chaves**

Como já comentado, a escolha dos momentos-chaves descritos a seguir não obedece necessariamente uma ordem cronológica, mesmo porque a localização deles não corresponde ao mesmo espaço de tempo entre cada um. Esses momentos foram escolhidos em função de sua representatividade; uma vez que em cada um deles podemos perceber

mais claramente os elementos que consideramos cruciais para a compreensão do processo grupal na situação analisada.

Apesar de nos valermos de uma contextualização e descrição relativamente extensas, nosso foco central de análise se dá nos aspectos que atravessam todos os momentos chaves e pelos quais entendemos ser possível visualizar as transformações que ocorrem no modo de funcionar do grupo e em última análise compreender o processo grupal. Os aspectos que atravessam todos esses momentos estão relacionados à própria construção da identidade do grupo ligada ao modo de funcionamento da experiência de aprendizagem.

Tais aspectos podem ser sintetizados em dois questionamentos historicamente recorrentes na Dinâmica II como o centro das discussões, que são: “somos ou não um grupo?” e “o que é mais importante; a teoria ou a prática?” A descrição de cada item denominado como momento chave foi construída tendo como eixo central a contextualização de tais questionamentos e como isso determinou a forma de agir do grupo.

A seguir são descritos os cinco momentos chaves; o início, a primeira coordenação de um aluno, a troca de AG, a construção do trabalho final e o final do semestre, cada um com particularidades importantes que servem como orientadores para a visualização do processo grupal.

#### 4.1.1 O início

A primeira coisa que deve ser deixada clara nesse tópico é que o início que falamos aqui é referido ao primeiro encontro dos pequenos grupos da turma B de 2004/1, que pode ser considerado o marco formal de início do grupo que analisamos. Aqui já temos uma

importante diferença entre a noção de grupo e a de processo grupal, pois enquanto que na primeira podemos estabelecer claramente um marco inicial em função de constantes de tempo e espaço, a noção de processo grupal é mais complexa e se confunde com o próprio processo de subjetivação.

Talvez não seja possível determinar com clareza um ponto inicial para o processo grupal, poderíamos pensar que teve origem na Dinâmica I, como bem poderia ser no ato da matrícula ou mesmo desde o primeiro dia de aula no curso de psicologia. Isso se deve ao fato de que as discussões nos encontros do grupo colocam em pauta muitos elementos que podem ser traçados desde muito antes do momento em que surgem. Como é o caso das seguidas referências que são feitas às histórias contadas pelos veteranos ao longo dos primeiros semestres e que logo se manifestam com falas que remetem aos temores sobre o que acontece na Dinâmica II. Podemos destacar dois temores que estão muito presentes nesse momento e têm ligação direta com a proposta da disciplina; que são o medo de assumir o papel de coordenação e a expectativa em relação à participação ou implicação na disciplina, que frequentemente é referida como fonte de conflitos entre os participantes dos pequenos grupos.

No caso do semestre que tomamos como base, podemos perceber que as duas primeiras aulas estão muito marcadas pelas dúvidas sobre o funcionamento do semestre e expectativas em relação à concretização ou não das histórias ouvidas através dos alunos dos semestres anteriores.

Os registros dos primeiros encontros, especialmente os da turma B1 nos mostram que as falas nessas aulas se remetiam a uma série de sentimentos diferentes como medo, susto, tranquilidade, excitação além de referências à experiência do semestre como um desafio a ser realizado. Na primeira aula já surgem também as primeiras dúvidas em

relação à coordenação, que logo iria ser assumida pelos próprios alunos. Em função dessas dúvidas, as conversas desse encontro têm como centro as atividades da coordenação e em como os coordenadores do grupo deveriam se comportar. O tema do medo é recorrente e já desde esse momento do início percebe-se que o modo como se dá a relação de aprendizagem é marcadamente diferente do que vinha sendo o comum até então.

A ligação constante entre a teoria e a prática que é a tônica da Dinâmica II começa a causar certa estranheza entre os alunos. Temos pelo menos dois episódios nas duas primeiras aulas da turma B1 que ilustram essa situação. O primeiro ocorre no primeiro encontro do pequeno grupo, quando o coordenador, que ainda é um dos membros da equipe docente coloca em xeque a sua própria coordenação e posição como figura que detém o saber. Ao fazer isso, a turma experimentou um momento de incerteza, com várias dúvidas sobre os limites da ação de cada um e a sua responsabilidade com a construção da aprendizagem na disciplina. A partir disso, a turma cria mecanismos com o objetivo de minimizar o desconforto que é causado por essa modificação no estilo de ensino com o qual são colocados em contato.

O principal mecanismo que deve ser citado é a formulação de um pacto implícito que visa proteger o grupo e seus integrantes de ameaças, tanto internas como externas. Nesse momento, as ameaças podem ser caracterizadas principalmente através dos temores vinculados a questão da avaliação, como pode ser percebido pelas falas que estão registradas nos relatos. Essas falas têm o conteúdo relacionado ao modo como o grupo vai lidar com o fato de os alunos se tornarem coordenadores e depois serem avaliados, supõe-se que há implicitamente uma negociação para a criação de um pacto de não-agressão. Essa proteção pode ser visualizada quando ao longo da reunião percebe-se que as discussões ocorrem com um alto grau de racionalização, mesmo quando o tema em questão diz

respeito a conteúdos afetivos e/ou inconscientes. O que pode causar um certo estranhamento, pois é razoável supor que as discussões que envolvam esses aspectos também se desenrolem com outro tipo de envolvimento que não somente pela via da racionalidade.

O segundo episódio importante desse momento chave ocorre no segundo encontro de pequeno grupo quando a discussão continuava a se desenvolver em um nível bastante racionalizado, mas no qual é possível perceber que o assunto tratado explicitamente remete a outros conteúdos que não foram manifestados claramente, como, por exemplo, na discussão sobre a constituição de um conceito específico e generalizável, o grupo teve que se ver com a sua própria constituição e com o que aquilo que estava se formando entre as pessoas ali presentes. Nesse encontro temos uma situação muito importante quando um membro do grupo explicita algo do funcionamento do grupo e dos seus mecanismos de proteção e força todos a enfrentarem uma discussão que já não é mais predominantemente racionalizada. O que foi colocado em questão foi justamente o modo racionalizado com o qual o grupo estava levando as discussões e como isso estava relacionado ao próprio modo de se auto proteger que estava sendo criado. A aluna que trouxe esses elementos só o pode por não ter comparecido à primeira aula e também por ser nova no curso, o que lhe conferiu um distanciamento que possibilitou que percebesse certas contradições que estavam sendo colocadas, como por exemplo, a fantasia de que todos no grupo estavam sendo compreendidos e que os encontros se desenrolavam satisfatoriamente em relação aos objetivos da disciplina.

Essa intervenção começa a ir de encontro às fantasias que começavam a ser produzidas, como a de que todos ali poderiam ser iguais. A partir daí o conteúdo da discussão começou a se transformar, saiu de um “como se” e entrou-se em uma discussão

muito mais franca em relação ao que estava sendo colocado em questão ao participar dessa experiência de grupo.

Podemos perceber que nesse momento de início, o pequeno grupo da turma B1 se encontra em uma permanente tensão que se disfarça nas tentativas de criação de mecanismos de proteção do grupo e que parece haver uma fantasia de que todos integrantes do grupo são iguais e se comportarão da mesma maneira. Na turma B2 se repete a existência de uma ansiedade em relação ao que está por vir e um estranhamento em relação à metodologia utilizada na disciplina, o modo como o grupo lida com isso é que se dá de um modo diferenciado. Não há a tentativa de criação de um pacto de proteção dos integrantes, logo podendo se perceber a diferença entre os integrantes do grupo, principalmente no modo de lidar com a nova modalidade de ensino e a perspectiva de cada aluno ter que coordenar as reuniões. No entanto, na turma B2 também persiste a relutância em poder se trabalhar como os aspectos implícitos da relação grupal, o que faz com que o grupo perceba as diferenças entre os integrantes, mas não transforme isso em um modo de operar na realidade, mantendo também a discussão em um nível intelectualizado.

Essas percepções que foram obtidas através dos registros obtêm corroboração nas discussões realizadas após o fim do semestre, nas quais os alunos se referiam especialmente à ansiedade que estava presente nesse início e as incertezas quanto às atividades do semestre. Comentou-se muito sobre o medo de assumir a função de coordenador e principalmente em como o grupo tentava solucionar os dilemas e obstáculos nesse momento sempre a partir de uma visão individualista, não havendo ainda uma consciência de grupo, ou mesmo uma ação conjunta de membros do grupo para a solução de problemas. A análise desse momento inicial nas duas turmas mostra que o grupo está às voltas com muitas expectativas e fantasias sobre o restante do semestre, que possuem uma origem

incerta, mas são colocadas em ação no meio de um clima de incerteza e muita ansiedade. Esse clima gera uma discussão muito racionalizada, na qual se percebe um distanciamento entre o que está sendo discutido e o que está sendo na prática realizado.

Na história da Dinâmica II podemos perceber que há uma dificuldade muito grande em poder fazer a ligação entre teoria e prática, como se a discussão somente pudesse ser produtiva se não ligada à observação e análise das situações em sala de aula, as situações da turma B de 2004/1 não são exceção. Esse comportamento cindido, que cria uma dissociação entre o estudo teórico e ação é anterior ao grupo que estamos analisando, mas é rapidamente atualizado quando este coletivo se vê em uma situação de aprendizagem. A tendência parece ser de perpetuar aquele modo de funcionamento que já é conhecido, mesmo em contato com uma situação diferenciada. Entretanto, esse comportamento conhecido logo se mostra insuficiente, ao não dar conta das novas situações que se apresentam em função das exigências da disciplina, que acabam por exigir a construção de novos modos de relacionamento. O estranhamento com a proposta da disciplina fica evidente quando os alunos se surpreendem com a relação constante entre a teoria e os eventos vivenciados em sala de aula. Podemos perceber a dificuldade em conceber essa relação na atividade obrigatória de coordenação pelos alunos o que está intimamente ligado ao segundo momento.

#### 4.1.2 Primeira coordenação dos alunos

Esse segundo momento está muito relacionado ao momento de início não apenas pela perspectiva cronológica, mas também pelo que por ele foi colocado em questão. A incerteza e ansiedade que já era marcante no início do semestre ficam muito mais evidentes

quando a coordenação é assumida por um aluno da disciplina. Além de óbvia ansiedade do próprio aluno que vai coordenar, podemos perceber uma grande ansiedade por parte dos outros integrantes, que pode ser associada a uma sensação de suspense, quando não se sabe como o coordenador vai se portar e como o próprio grupo vai se comportar. Entre as diferenças marcantes que podemos destacar entre esse momento e o início está a modificação na forma de aprender e a concretização da troca de funções que antes estava sendo somente ensaiada.

Os registros da turma B1 mostram uma coordenação muito propositiva, que chega ao encontro com a proposta de uma atividade de construção de um cartaz que organize os conceitos que estavam sendo discutidos em aula. Para isso a coordenadora traz pequenos cartões com os conceitos chaves e divide a turma em dois grupos menores, que devem confeccionar dois pequenos cartazes. Essa atividade tem um efeito tranquilizador no grupo, que não sabia o que esperar da coordenação. A avaliação final que é feita da coordenação também é tranquilizadora, pois é bastante positiva, o que diminui um pouco o medo que todos sentiam em serem avaliados. A proteção que o grupo manifestava em relação aos seus também ficou evidenciada nesse encontro, quando as solicitações feitas pela coordenadora foram atendidas e não houve ataques visíveis em relação à postura ou propostas da coordenação. Apesar de um clima consideravelmente aparente de proteção e defesa que o grupo construía, a atividade proposta pela coordenação possibilitou que o grupo apresentasse falas sobre temas que estavam influenciando o seu funcionamento, a discussão, entretanto, foi predominantemente racionalizada, como vinha sendo a tônica do grupo. É possível pensar que aquele pacto que vinha sendo desenvolvido implicitamente era agora visível, uma vez que nem os participantes do grupo nem o coordenador se colocaram em posição de confronto.



A fantasia de que o coordenador de algum modo se coloca em confronto com o grupo é construída desde a Dinâmica I e pelas histórias que os alunos escutam de seus veteranos. Tal fantasia muitas vezes resulta em medo de coordenar e se colocar na linha de frente de possíveis desentendimentos ou criação de mal-estar. A criação de uma imagem do coordenador como alguém que quebra a paz do grupo pode ser relacionada ao fato das coordenações terem a orientação de trabalhar os aspectos implícitos das situações em sala de aula, o que na maioria das vezes é justamente do que não se quer falar, do que se quer manter nas sombras. Temos então uma figura de coordenador que é aquele que tem a função de “perturbar” o grupo, apontando coisas das quais o grupo não quer falar, mas com uma diferença importante em relação à equipe docente, pois ele conhece um possível segredo do grupo. Essa característica coloca na figura do coordenador e na pessoa do aluno que a assume mais uma faceta ameaçadora ao grupo, uma vez que ele pode vir a revelar algo que o grupo não deseja que seja explicitado, o que acaba por tornar o coordenador-aluno uma figura mais ameaçadora do que o coordenador da equipe docente.

Essa visão parcial da figura do coordenador pode causar diferentes movimentações no grupo. A resistência em assumir essa postura de confronto como pode ser inferido a partir da situação da turma B1 e a assimilação dessa postura, criando um coordenador que tem como postura central a tentativa de provocar o grupo, colocando-se em constante posição de confronto. Essa segunda postura é o que podemos pensar que ocorre na primeira coordenação na turma B2, na qual o coordenador declaradamente se coloca como provocador do grupo, que fatalmente o ataca. O reflexo disso no grupo é que a função de coordenador fica cada vez mais diferenciada e distante dos demais integrantes, causando a relutância dos participantes em assumir a função de relator, que significa, em última instância, ocupar o lugar de coordenador na aula seguinte. Essa situação fica especialmente

evidenciada nos registros da turma B2 ligados a primeira coordenação de um aluno.

Essa primeira coordenação coloca em questão, então, muitos pontos que antes não faziam parte do horizonte de discussões daquele pequeno grupo, como a posição diferente que tal aluno assume e como o grupo vai tratá-lo após ter sido o coordenador. Esses questionamentos giram em torno da modificação constante de papéis dentro do grupo e como isso pode gerar incertezas para os seus integrantes.

O momento dessa primeira coordenação é significativo, pois evidencia o aumento da ansiedade que pode ser colocado mais explicitamente a partir da provocação do confronto como na turma B2 ou na criação de estratégias de diminuição dessa ansiedade como na turma B1. A tentativa de disfarçar a intranquilidade através de um discurso racionalizado tem vida curta, no entanto, como nos mostram os registros das aulas seguintes da turma B1, nos quais aparece logo na coordenação seguinte o surgimento do confronto entre o coordenador e o grupo. Tal situação se deu por insistência do coordenador em tratar da questão da implicação de cada um com o grupo e com o seu próprio percurso no curso de psicologia. Vemos aqui que não é possível pensar o processo grupal somente pelos acontecimentos do grupo, uma vez que a provocação do coordenador não se refere somente a Dinâmica II, mas também a participação dos integrantes na sua própria formação acadêmica, o que evidentemente traz a tona uma série de outros questionamentos.

Podemos supor que tais questionamentos estavam presentes o tempo todo, assim como o estão em outras disciplinas, mas o fato da Dinâmica II ter como orientação a análise dos elementos implícitos da experiência de aprendizagem possibilitou que se criasse um espaço para que estas questões fossem formuladas verbalmente. O fato de a disciplina ampliar o seu campo de ação dessa maneira é o que força os integrantes dos pequenos

grupos a criarem novas formas de se relacionar, uma vez que ao se dar conta de elementos que antes eram da ordem do não dito, o funcionamento anterior do grupo não mais dá conta da ansiedade que surge ao se deparar com tais elementos.

Se tomarmos como eixo principal de análise aqui o modo como o grupo lida com a ansiedade presente na proposta de aprender em grupo sobre grupo, podemos perceber que nos dois pequenos grupos situações semelhantes. Inicialmente baseando-se em estratégias individuais para lidar com a ansiedade, os integrantes do grupo logo percebem que não são todos iguais e que as diferenças serão determinantes para maneira como se dará a aprendizagem nesse semestre, o que os força a criar mecanismos coletivos para dar conta das exigências formais ou não da disciplina. A percepção da diferença entre os integrantes do grupo é o primeiro passo para a percepção de que estão todos às voltas com ansiedades produzidas pelos mesmos elementos, que é a porta de entrada para criação de estratégias coletivas para a ação. Esse momento de início de coordenação dos alunos é o que marca uma nova conformação grupal, onde estão todos conhecendo as suas diferenças e aprendendo a lidar com elas, criando um clima grupal que tem como horizonte a tranquilidade que nunca é atingida. Desde o momento em que a coordenação passa a ser ocupada pelos alunos, podemos perceber uma tendência de cristalização de posturas e papéis dentro do grupo. Esse fato pode ser pensado como uma reação àquele momento inicial de estranhamento e incerteza, como se agora fosse necessário um reconhecimento dos seus integrantes permanente. Isso acarreta a definição de postura de cada participante do grupo, o que oferece uma sensação de segurança, como se o grupo voltasse a pisar em terreno conhecido.

Percebe-se que nessa análise do segundo momento-chave, utilizamos mais fartamente o termo grupo. Atribuímos isso justamente ao fato de os integrantes dos

pequenos grupos já comecem a criar uma realidade interna de cada turma, ainda que essa operação se dê de maneira muito intelectualizada, muitas vezes, criando distâncias ilusórias em relação ao que estava sendo colocado em questão pelas discussões. Temos um exemplo bastante interessante disso na turma B1, no sexto encontro de pequeno grupo, quando o tema da discussão centrou-se nos conceitos de vínculo e no pertencimento de cada um ao grupo. Nessa aula os registros mostram que as questões estavam todas referenciadas a quem pertence ou não ao grupo, se o coordenador faz ou não parte daquele grupo e mesmo se o professor ou AG podem ser encarados como parte do grupo. Essa discussão, contudo, corria em uma perspectiva muito distanciada da própria ação do grupo, a impressão que se tinha em alguns momentos é que se discutia de outro grupo e com isso sempre se buscavam definições externas para a sua realidade.

E acabou por ser um elemento externo não previsto que fez com que o grupo pudesse pensar a sua própria condição; ao final dessa sexta aula, no momento em que se fazia a avaliação da coordenação e o surgimento do tema do pertencimento, a porta da sala é aberta por uma pessoa que pergunta qual aula está ali sendo realizada, antes mesmo de poder completar sua pergunta, recebe a resposta ríspida em uníssono da turma de que “não é a sua”. O grupo nem teve a preocupação de querer saber qual aula tal pessoa procurava, nem se talvez fosse algum aviso sobre alguma atividade extracurricular (como é comum que acontece ao final das aulas, quando alunos pedem para avisar sobre determinados eventos que ocorrem na Universidade). Esse evento pode receber a interpretação de que aqueles alunos já estavam criando uma realidade própria e estabelecendo limites de quem faz parte ou não dessa estrutura, mesmo sem ter a percepção consciente disso.

O estabelecimento de limites aponta para a criação de uma realidade interna do grupo, que faz a tentativa de delimitar quem e o que pertence ao grupo. Essa movimentação

acaba por resultar na já comentada cristalização de papéis e práticas, com o esforço constante dos dois pequenos grupos de criarem estratégias para entender o que acontece em sala de aula. Nesse momento nos deparamos novamente com aquele comportamento dissociado que falamos no início e que não permite que o grupo faça a ligação entre a prática e a teoria. As estratégias dos pequenos grupos se baseiam ora na leitura e discussão dos textos, ora na análise do que ocorre em sala de aula, com uma dificuldade muito grande em poder relacionar as duas esferas. Talvez não seja possível colocar em uma ordem causal esse padrão de comportamento e a ansiedade que ronda o grupo nas aulas, não é possível determinar com certeza o que gera o que. O importante para nós é a compreensão que o grupo atua constantemente sob a sombra da ansiedade e que as estratégias utilizadas para cumprir as exigências de aprendizado da disciplina se mostram falhas e insuficientes; o grupo não consegue trabalhar satisfatoriamente os conceitos teóricos a partir de sua vivência.

Como fator complicador, temos a dúvida recorrente se as turmas são ou não um grupo. Tal questão é colocada desde a disciplina de Dinâmica I e acabou por tornar-se uma pergunta emblemática, ora tratada como brincadeira, ora com seriedade, mas nunca perdendo sua relevância. Essa pergunta se relaciona com o esforço do grupo em criar e perceber seus limites e com a dificuldade de se identificar com o que é estudado teoricamente, uma vez que a teoria nunca corresponde completamente à realidade. A discussão sobre a configuração da turma de Dinâmica II como grupo ou não é historicamente central para a compreensão da ação do grupo e de como são criados os mecanismos de defesa frente às possíveis ameaças ao grupo.

As reuniões de discussões, propostas para essa pesquisa e que analisavam a experiência do semestre também mostraram a importância da pergunta “somos ou não um

grupo?” e como a tentativa de respondê-la orientava a ação do grupo. Nesse movimento de tentar se definir como grupo ou em outras palavras como totalidade, os integrantes do grupo faziam um esforço para delimitar quem e quais elementos eram particulares ao grupo específico. Esse esforço era muitas vezes frustrado, pois essa tentativa de alcançar a totalidade era surpreendida pelo aparecimento de situações que não podiam ser previstas anteriormente e que colocavam o grupo diante da exigência de ter que re-significar a sua existência como totalidade. É exatamente isso que ocorre de modo exemplar no momento chave a seguir.

#### 4.1.3 Troca de AG

Esse é o momento que marca uma grande transformação da configuração do grupo e das práticas que vinham até então sendo realizadas, forçando o grupo a se olhar de maneira determinante e poder perceber elementos que vinham sendo evitados. O evento que nomeia essa parte do semestre é decorrente de uma estratégia da equipe docente da disciplina para provocar mudanças na estrutura do grupo, que consistia em trocar, exatamente no meio do semestre, as duas pessoas que acompanhavam os dois pequenos grupos, no caso o pesquisador e o monitor. Além da troca de AG, ocorreu também a troca de sala de aula, com a turma B1 ocupando a sala que era da turma B2 e vice-versa.

Tal mudança era planejada desde o início do semestre, baseada em experiências com turmas anteriores, não foi, entretanto, colocada para os alunos quando da exposição das atividades da disciplina. Eles ficaram sabendo que a troca ocorreria somente poucas aulas antes de ser efetivada. Os registros mostram que a perspectiva da troca foi o disparador de muitas discussões sobre quem fazia ou não parte do grupo, trazendo

novamente a questão do pertencimento. O clima que se instalou antes da troca se concretizada era de muita raiva e desmotivação por parte dos alunos, que frequentemente diziam se tratar de uma atitude arbitrária, que em nada poderia contribuir para o bom andamento da disciplina. As referências àqueles que “estão de fora” do círculo se multiplicam nas duas aulas antes da troca de AG e é freqüente o pedido para que estes (professor, monitor, pesquisador), interfiram na discussão, em função do “clima estranho” (conforme registrado no relato da turma B1 do dia 01/06/2004). Esse é o momento do semestre que é tido pelos alunos como o de maior tensão, como pôde ser percebido tanto pelos registros, quanto pelas discussões posteriores.

No exemplo da turma B1, podemos ver isso claramente; uma angústia que não tinha sua origem nominada pelo grupo começou a se fazer presente e ocupar muito tempo das discussões dos encontros. Esse sentimento já não era estranho à turma (já pode ser visto nos relatos da turma do dia 27/04/2004), mas antes vinha sendo tratado com deboche e sarcasmo (como está presente nos relatos do dia 11/05/2004), entretanto, nas aulas que antecederam a mudança, o centro das discussões foi o tema da angústia tratado com seriedade.

Esse novo olhar sobre a angústia abriu a porta para que ocorresse o estreitamento entre a discussão vivencial e a teórica, que até então pareciam inconciliáveis. Podemos perceber nos relatos restantes, que após a troca de AG, seguiu-se um momento de muita revolta no grupo, inicialmente direcionada a equipe docente e um misto de desânimo com saudosismo pela situação anterior, quando era referido nos dois grupos que quem os acompanhava anteriormente era melhor e sabia entender mais o grupo, dizendo o que todos precisavam ouvir. Sintetizando as falas, percebemos que os dois grupos referiam que o AG anterior tinha um estilo mais adequado, que fazia parte da história do grupo. Como está

presente nos relatos do dia 15/06/2004 e é referido pelo monitor da disciplina como lembrança dessa etapa.

Ao comparar os grupos nesse momento com o momento inicial, podemos pensar que agora existe muito mais reflexão e tomada de consciência em relação a suas práticas. O discurso de ambos os grupos sofre uma mudança qualitativa importante, onde o olhar está muito mais centrado na sua própria realidade e o grupo assume a responsabilidade pela sua ação. Esse trajeto, contudo, não ocorreu sem um grande grau de sofrimento e desconforto por parte de todos que participaram da situação. Entre alunos e AGs, havia um temor em enfrentar uma situação nova, de ter que se adaptar a novos estilos de trabalho e frequentemente havia referências a um “começar de novo”, como se tudo fosse se repetir. Realmente houve um novo início, mas com uma diferença fundamental se comparada ao começo do semestre; a postura passiva que antes era predominante no grupo, que aceitava tudo que era proposto pela equipe docente, foi substituída por uma postura ativa e crítica.

Esse questionamento foi inicialmente endereçado a equipe docente, que afinal era tida como a causa dos problemas que surgiam no grupo, mas logo foi transformado em um olhar crítico sobre a própria condição do grupo, o que possibilitou a já comentada mudança qualitativa do discurso dos pequenos grupos. A tensão explicitada pela troca de AG e que parecia insuportável quando da sua aparição, gradualmente foi suportada com a diminuição da cisão entre teoria e prática, possibilitando um novo olhar sobre o trabalho com grupos e sobre o seu próprio grupo. Esse entendimento fica especialmente claro na situação ocorrida na turma B1, que após a troca de AG teve como centro de suas discussões a questão do pertencimento e do já citado “pacto de não agressão” que vinha sendo construído desde a primeira aula do semestre. A troca que ocorreu no pequeno grupo B1 (do pesquisador pelo monitor), colocou o grupo diante de um outro estilo de acompanhamento de aula, o que foi



imediatamente nas primeiras avaliações finais de aula. O novo AG não estava afetado pelo pacto de não agressão, que nada mais era do que o receio de apontar elementos potencialmente desagradáveis ou desconfortáveis das situações vividas em sala de aula, como por exemplo, equívocos no modo de coordenar dos alunos ou estratégias de boicote dos participantes do grupo as atividades propostas pelo coordenador. Estava, portanto, mais a vontade para fazer apontamentos que poderiam gerar desconforto no grupo; o que o fez, colocando em questão justamente o modo como o grupo vinha agindo até então. Podemos supor que o grupo se viu ameaçado em seu mecanismo de auto-preservação e se viu obrigado a refletir sobre suas práticas e seus relacionamentos para poder criar novas modalidades de ação.

As reuniões que foram realizadas depois do final do semestre também mostram a importância que esse momento teve para os dois pequenos grupos. Comentou-se sobre a reação inicial de revolta e reclamação, que tornou a presença nas aulas muito desconfortável. A sensação referida era de perda e de súbito desamparo, pois muitas expectativas e responsabilidades tinham sido endereças àqueles que agora não mais estavam participando das aulas. Entretanto, ao olhar para trás, percebeu-se que a troca acabou sendo muito valiosa e determinante para que o grupo conseguisse se pensar e integrar aquilo que era visto teoricamente com o que era vivenciado nas aulas.

Os registros das duas turmas, especialmente os do dia 08/06/2004 da turma B1, nos mostram que imediatamente após a troca de AG, eram recorrentes as falas sobre a equipe docente e sobre o outro pequeno grupo, principalmente para se referir a outra condição que seria melhor (tanto a condição passada do grupo quanto a condição do outro grupo). Essas falas, contudo, foram substituídas por uma discussão que privilegiava o entendimento dos sentimentos e afetos que foram colocados em questão pela troca. Pode-se dizer que ao

realizar a troca de AG, o olhar do grupo que antes era direcionado para o exterior, resultando em discussões desintegradas e cindidas mudou sua direção para o próprio grupo, possibilitando uma reflexão muito mais integrada. Essa mudança, entretanto, teve um momento intermediário no qual o olhar e as ações do grupo foram deslocados exacerbadamente a elementos considerados exteriores ao grupo, no caso as delimitações práticas da disciplina. Seguindo esse momento temos um movimento gradativo de focar a discussão no próprio grupo, que acabou por ressaltar a própria condição do grupo como uma estrutura em formação, com o estabelecimento de práticas e procedimentos construídos coletivamente.

A troca de sala que aconteceu junto à troca de AG carrega consigo um significado simbólico muito importante; uma vez que o único elemento do grupo que permaneceu inalterado foram os seus participantes, podemos pensar que os limites dos pequenos grupos é claramente dado pelos participantes e por suas ações e não por conformações organizacionais. Antes de colocar os alunos em uma situação de perda de identidade do grupo, a troca de salas acabou por reforçar o sentimento de unidade ou totalidade do grupo, agora claramente determinado por componentes muito mais subjetivos do que poderia se pensar inicialmente.

Se o momento que descrevemos acima marca a transição de uma ação cindida e alienada para o início de uma mais integrada e consciente, o que descrevermos a seguir mostra como os pequenos grupos da Dinâmica II conseguiram colocar mais explicitamente o seu modo de funcionamento e apresentam o estabelecimento de um discurso coletivo sobre a sua própria condição, significando a sua experiência.

#### 4.1.4 Construção do trabalho final

Este momento chave é marcado pela proximidade do final do semestre e pela exigência de produção de um trabalho final escrito para fins de cumprimento do programa da disciplina. Até então as atividades de aula não exigiam que se produzisse nenhum material organizado, apesar de em vários encontros os coordenadores terem sugerido a confecção de pequenos textos ou cartazes, ainda os pequenos grupos não tinham se visto frente à necessidade de construir um texto em conjunto sobre a sua própria experiência na Dinâmica II.

A aproximação do final do semestre e a constante lembrança da equipe docente sobre a necessidade do trabalho final terminaram por colocar a construção do texto como o foco central das reuniões. As orientações de organização da disciplina diziam que o texto deveria ser escrito coletivamente e que ao final do semestre o aproveitamento da turma teria como um elemento de avaliação esse texto. A já citada ferramenta Equitext foi oferecida e aceita como intermediário para a construção do texto e assim cada pequeno grupo tinha um espaço particular para escrever o texto no sitio do Equitext.

Decidido o meio utilizado para a escrita, faltava a definição dos procedimentos e fundamentalmente do conteúdo. Essas duas questões foram as que ocuparam as duas turmas nas últimas semanas da disciplina e serviram como o ponto de partida dos tópicos a serem discutidos nos encontros. A realidade da construção do trabalho final está, contudo, longe da simplificação que a descrição acima pode sugerir. Esse momento foi o disparador do surgimento de muitas questões que estavam implícitas no grupo e que agora tomavam força, como a avaliação final do semestre e o reconhecimento de uma nova forma de aprendizagem. Além disso, permaneciam as discussões referentes aos limites do grupo e o

pertencimento de seus integrantes.

O primeiro impacto que a exigência do trabalho final produz na turma é a obrigação de voltar o olhar para a sua própria trajetória na disciplina para colocar isso na forma de uma produção textual inteligível para outros. Esse impacto entra no mesmo fluxo que começava a se esboçar nas atividades do grupo após a troca de AG, que como já comentado, abriu espaço para essa mudança de perspectiva.

Não nos deteremos aqui em esmiuçar o conteúdo dos textos de cada turma, que versavam principalmente sobre os conceitos principais da teoria dos grupos operativos e relatos de situação vividas em sala de aula. Muito mais interessante para a nossa proposta de visualização do processo grupal é descrever como as duas turmas trabalharam para a construção do texto.

Já comentamos que os dois pequenos grupos estavam direcionando o seu eixo principal de discussão para a integração do conhecimento teórico com o vivencial. O modo como o trabalho final foi construído exemplifica isso. No exemplo da turma B2, vemos que os registros nos mostram a tentativa de organização de um mapa teórico dos principais conceitos estudados ao longo do semestre, com o qual a turma fez a ligação com momentos que entendia com ilustrativos. Essa tarefa ocupou pelo menos três aulas, até que pudesse ser colocada na forma de texto, antes era tão somente apresentada como esquemas e frases soltas. O aspecto mais importante que é evidenciado pela construção do trabalho final é a própria exigência dos membros do grupo para que todos participem da sua elaboração. Esse aspecto está diretamente relacionado ao momento que podemos denominar como um furor definitivo que pode ser percebido nos dois grupos.

Esse furor definitivo parece ter sua origem na tentativa de criação dos limites e regras de funcionamento do grupo, que está presente desde o início, mas teve uma

acentuação importante a partir do momento da troca de AG. Podemos pensar que essa exploração que o grupo fazia de seus limites e da forma que cada integrante participava é o que possibilitava a existência de um sentimento de totalidade, que parecia oferecer uma resposta a pergunta recorrente “somos ou não um grupo?”. Conhecidos os limites poder-se-ia supor um grupo e assim a construção de texto sobre essa totalidade se apresentaria como uma tarefa menos árdua. Esses limites, porém, não eram tão visíveis quanto poderia se imaginar e na busca do grupo por uma auto-delimitação acontece mais uma tomada de consciência referente à sua prática.

Pensar os seus limites enquanto grupo, colocou os participantes de cada grupo diante de suas próprias diferenças. Enquanto era possível ver claramente que cada pequeno grupo já se distanciava do outro e tinha limites visíveis, também era possível ver que isso não se refletia em uma totalidade absoluta nos pequenos grupos. Tanto na turma B1 quanto na B2, é possível perceber que a evocação do trabalho final colocava os alunos diante do impasse de ter que trabalhar com diferentes pessoas e modos de ação para a construção de um produto único. Podemos pensar que esse reconhecimento das diferenças é o primeiro passo para criação de um modo de trabalho coletivo, uma vez que é necessário o reconhecimento do outro para que surja verdadeiramente um discurso coletivo.

Esse reconhecimento das diferenças não é, contudo, um trabalho livre de tensão, como nos mostram os registros da turma B1, que ao longo da elaboração do trabalho final tem nas suas discussões um forte componente afetivo, com seguidas referências a sentimentos de hostilidade e mágoa em relação ao grupo. A significação desses sentimentos é a porta de entrada para a integração da teoria com a prática, que é o ponto principal desse momento chave.

As reuniões de discussão realizadas após o final do semestre corroboram essa

proposição. As falas das discussões lembravam o trabalho final como fonte de muita ansiedade e sensações de despreparo para a sua realização, porém todas ressaltam a sua importância para o “fechamento” do semestre. Por fechamento podemos entender justamente a integração das vivências de sala de aula com o conhecimento teórico acerca do trabalho com grupos.

O segundo impacto causado pelo trabalho final é o confronto com o fato de que existe um limite para a existência do grupo enquanto disciplina do curso de psicologia e este está próximo. A consciência da proximidade do fim, coloca os pequenos grupos diante da necessidade de elaborar o fim, o término. E isso exige mais do que somente a construção do trabalho final, o que nos leva ao nosso último momento chave.

#### 4.1.5 O final

O final do semestre não escapa do exemplo de todos os outros momentos chaves e também é caracterizado por uma forte implicação afetiva por parte de todos que participaram da experiência. Os últimos encontros dos pequenos grupos são marcados por uma sensação similar a de um velório; o clima das aulas é de luto. A imagem do velório é inclusive explorada nas discussões sobre o fim do semestre.

Nos registros das duas turmas percebemos que o final das aulas evoca tanto a idéia de morte como a consciência das transformações sofridas ao longo da Dinâmica II. Isso pode ser percebido quando os grupos tentam significar aquilo que é referido como uma perda, que é a extinção dos encontros e da configuração grupal que foi criada e a partir daí percebem que aquele conjunto de pessoas é bem diferente daquele que começou o semestre. Essa tomada de consciência pode ser traçada desde a consolidação da percepção das

diferenças entre os integrantes do grupo, que culminou na percepção de como cada um é afetado pela relação com os outros no grupo e com isso cria-se um modo de funcionamento coletivo, resultando na própria idéia de grupo como totalidade. A retrospectiva que se acentua com a construção do trabalho final tem seu ápice nos últimos encontros do grupo e com isso diversos sentimentos são colocados em pauta, em especial os sentimentos de culpa pelo que aconteceu ao longo do semestre, como pode ser percebido nos registros de cada turma.

O surgimento da culpa causa nos pequenos grupos um movimento no sentido de apaziguação, quando são criadas estratégias para que o grupo possa ter um “final feliz”. Na turma B1 podemos perceber esse movimento na proposição feita por um aluno no último dia de aula de um abraço coletivo, como forma de serenar os ânimos e celebrar o fim do semestre. Na turma B2 temos a produção de uma pequena confraternização, com um pequeno lanche coletivo, quando todos se reúnem em círculo para falar sobre amenidades.

Podemos pensar que essas duas estratégias também carregam consigo um componente de mascaramento, isto é, também podem servir com uma manobra diversionista, para escapar de ter que elaborar o final do semestre. É justamente isso que parece acontecer num primeiro momento, mas depois ou ao longo da realização dessas atividades, surgem ou retornam os temas chaves que são recorrentes ao longo da disciplina, a pergunta “somos ou não um grupo?” e a dúvida sobre a forma como se deu a aprendizagem nesse semestre.

Com a presença recorrente dessas questões os pequenos grupos se vêem diante de um sentimento de perpetuação, como se a experiência tivesse ali um fim burocrático, mas que as transformações que ali se operaram ainda não haviam tido o seu fim. A consciência de algo criado coletivamente se acentua nesse final. Esse ponto é explorado nas reuniões

depois do semestre e mostra que mesmo depois de várias semanas após o final da Dinâmica II é possível se remeter a uma unidade dos pequenos grupos. Essa unidade fica especialmente evidenciada pelas falas que remetem a um reconhecimento diferenciado àqueles que compunham a sua turma de Dinâmica II, o que não ocorre com os outros colegas dos outros pequenos grupos, mesmo que essa configuração já esteja desfeita e nunca tenha sido a condição predominante em todas disciplinas. A isso que podemos chamar de uma identidade criada coletivamente, devemos traçar sua construção através da via subjetiva sobrepondo-se a objetividade, pois a constância que conferiu aos pequenos grupos uma unidade foi dada pela qualidade das relações interpessoais e estratégias de ação coletivas e não por fatores ditos objetivos como uma sala ou um observador permanente.

Não queremos com isso diminuir a importância do enquadre para o desenrolar da experiência, pelo contrário, é fundamental para que visualizemos o processo grupal, mas sim queremos colocar em primeiro plano a produção subjetiva percebida ao longo do semestre.

A percepção de que estava em ação uma produção subjetiva tornou-se especialmente clara na quarta reunião de discussão após o semestre, quando o questionamento central girou em torno da possibilidade ou não de conseguir pensar cada pequeno grupo como uma unidade específica. Os alunos que participavam dessa discussão inicialmente não tinham a clareza dessa identidade, mas ao falar da experiência, gradativamente, deram-se conta de que a disciplina de Dinâmica II os tinha marcado para além de simplesmente uma fonte de informação teórica ou obtenção de conhecimento, o que nos remete ao já comentado sentimento de perpetuação. As falas dessa reunião nos mostram que a participação na Dinâmica II continuou a produzir efeitos mesmo depois de encerrado o semestre, com a extrapolação da utilização dos conceitos e situações vividas



em sala em outros espaços acadêmicos. A continuidade do pequeno grupo nos mostra que assim como não podemos traçar claramente a origem dos elementos que compõem o processo grupal, tampouco podemos delimitar o fim de sua influência ou de sua ação, sendo possível somente o recorte de situações para evidenciar as transformações que são componentes fundamentais do processo.

#### **4.2 Uma continuidade (in)esperada**

A realização das reuniões de discussão foi prevista como uma forma de obtermos mais informações e visões sobre a experiência da Dinâmica II. Elas foram propostas como sendo encontros abertos, dos quais participariam somente aqueles alunos que tivessem interesse. Somente o modo como tais reuniões se desenrolaram poderia ser o conteúdo de uma outra investigação completa, nosso objetivo, contudo, não era esse e elas serviram como mais um elemento analisador.

As discussões que aconteceram ao longo dos cinco encontros estão espalhadas pela descrição dos momentos chaves feita anteriormente, o presente tópico foi feito para discutir um aspecto muito presente em todas as reuniões e que não estava tão claro desde o início; a continuidade da Dinâmica II. Como já mencionada, essa disciplina é referida como uma experiência que marca os alunos do curso de psicologia da UFRGS, essa característica nunca foi explorada mais detidamente, a conhecemos pelas diversas referências que são feitas pelos corredores do Instituto e pelo crescente número de alunos interessados em fazer parte da equipe de monitoria. A realização das reuniões, contudo, permitiu que comprovássemos a persistência dos efeitos que são gerados pela participação na disciplina, mas não falamos aqui dos aspectos mais evidentes, como o dos conhecimentos adquiridos

em aula, mas sim de novos modos de relacionamento com esse conhecimento e com os próprios colegas para além dos limites da Dinâmica II. Isso ficou evidenciado ao longo das discussões, que aconteceram sempre com um conjunto de pessoas diferentes, nunca se repetindo a mesma combinação, em função de vários fatores, especialmente de incompatibilidade de horários.

Essa inconstância de presença dos participantes não impediu, todavia, que todos soubessem do que estava sendo discutido ou que tivessem algo a dizer e contribuir com a discussão. Isso pode ser atribuído em parte ao fato de as reuniões acontecerem com objetivos específicos de discutir o semestre anterior vinculado ao tema de pesquisa. Porém, somente isso não explica a continuidade das práticas e modos de funcionamento que puderam ser observadas nos encontros de discussão, principalmente através de referências específicas, que se constituíam como parte integrante de um modo de existência que foi construído ao longo da Dinâmica II. Podemos pensar que as reuniões de discussão servem como indícios de uma produção de subjetividade coletiva específica, que foi construída através da ação dessas pessoas a partir de objetivos comuns. Nesse sentido, tais reuniões serviram como uma via possível para a expressão dessa subjetividade e como evidência mais concreta de uma continuidade do processo grupal que antes era somente suposta.

Essa discussão é importante, pois mostra que a produção de subjetividade que é engendrada pelo processo grupal, continua a produzir efeitos mesmo distante dos aspectos estruturais e organizacionais em que ele primeiro foi atualizado. Não vamos aqui incorrer no erro de acreditar que as discussões que promovemos estavam completamente dissociadas do contexto em que se desenrolou a Dinâmica II, é, contudo importante perceber que já não havia uma obrigatoriedade de comparecimento, nem os objetivos eram os mesmos e muito menos os fatores “extra-grupo” permaneciam iguais. Entretanto,

pudemos perceber uma constância naquilo que diz respeito às práticas comuns e principalmente a um reconhecimento mútuo, que pode ser referido a um agenciamento de práticas e discursos específicos que continuou a produzir efeitos e modos de existência singulares para além da figura do indivíduo.

### **4.3 Analisando o processo grupal**

Retomando nossa questão de pesquisa, a descrição dos momentos chaves da Dinâmica II só faz sentido se relacionada ao conceito de processo grupal, cuja delimitação é o nosso objetivo. A nossa proposta de criar um modo de visualização para o processo grupal não é completamente inédita; outros autores já se dedicaram a estudar os grupos tendo o conceito de processo como auxiliar. Entre eles podemos destacar, como já exposto no percurso teórico e na metodologia, os estudos de Lapassade e Pichon-Rivière, além do psicanalista argentino Roberto Romero. Todos eles têm em comum o estudo aprofundado das situações grupais e a descrição dos seus elementos, mas o ponto que mais nos interessa nos seus desenvolvimentos é o modelo que cada um oferece para que possamos compreender o processo grupal, a partir dos quais sustentamos a construção de nossa proposta para a visualização do processo grupal.

A discussão que fazemos a seguir se fundamenta na relação entre a nossa situação de pesquisa e o modelo de compreensão da situação grupal dos autores citados. Exploraremos aqueles pontos teóricos que entendemos como insuficientemente desenvolvidos a partir da nossa perspectiva sobre o processo grupal, para então buscarmos uma forma de visualização.

Começemos então pelos estudos de Lapassade (1983). Se tomarmos a sua idéia de

tensão entre a série e a totalidade, que é apresentada como movimento constante do processo, a pergunta recorrente “somos ou não um grupo” pode ser vista como um elemento representativo dessa tensão. Seguindo pelas teorizações desse autor, encontramos a idéia de que enquanto o grupo está em formação, há um movimento na direção de criação de objetivos comuns, que servirão como um elemento integrador do grupo, que rompe a individualidade em direção a uma práxis comum. No grupo em formação ou fusão, a unidade representa a possibilidade de um discurso de um grupo que realiza uma ação e cria um contexto onde “[ . . . ] *cada um é em toda parte o mesmo* [ . . . ]”(LAPASSADE, 1983, p. 234). Esse entendimento nos coloca diante de uma indiferenciação entre os integrantes do grupo, onde cada um sente-se autorizado a decidir por todos, o que pode ser visto nos dois primeiros momentos chaves descritos (o início e a primeira coordenação de um aluno), quando o grupo funcionava de modo a não perceber suas diferenças internas. Isso é perceptível na segunda aula da turma B1, quando uma aluna manifestou posicionamento diferente do resto da turma, apontando que não compreendia como estavam se organizando as práticas do grupo e isso imediatamente causou um impacto desconfortável no grupo.

Podemos pensar que essa intervenção afetou o movimento no sentido da criação de um discurso de unidade no grupo, uma vez que as diferenças emergiam de forma marcante. Afetou, porém não impediu que o grupo seguisse por práticas que caracterizam o segundo momento do grupo em fusão proposto por Lapassade (1983), que é o juramento. Na turma B1 o juramento é representado pela constituição do já comentado pacto de não agressão, que é na prática “[ . . . ] *o poder de cada um sobre todos e de todos sobre cada um* [ . . . ]”(LAPASSADE, 1983, p. 235).

A etapa seguinte proposta por Lapassade (1983) é a da organização, quando cada integrante do grupo possui função específica e constante, sendo exigência para a

participação que se ocupe determinada função e somente esta. Percebemos que nesse momento a função transcende o integrante do grupo e se torna uma “[ . . . ] *tarefa a preencher*”(p. 237). Na dinâmica II esse momento não chegou propriamente a acontecer. Apesar da clara existência de funções, como a do coordenador ou do relator, estas foram determinadas externamente e não decorrentes da fusão do grupo.

Podemos, contudo, perceber a existência de papéis no grupo, que se definem como posturas ou modos de funcionamento assumidos por determinados integrantes e diferentes momentos do grupo. Os papéis, diferentes das funções são mais móveis e nem sempre estão colocados na mesma pessoa. Na turma B2, por exemplo, podíamos perceber claramente dois papéis ligados a propostas de leitura do texto ou de interpretação das situações que aconteciam em sala de aula. O papel do “puxador de teoria” e do “analisador da aula” circularam por todos membros do grupo, fixando-se em alguns mais demoradamente, mas sem nunca terem ficado rígidos. O fato dos grupos que analisamos não possuírem elementos que os caracterizem definitivamente como passando pelo momento da organização pode ser atribuído ao reduzido espaço de tempo no qual se desenvolveu a atividade, mas principalmente ao fato de que tais grupos ocorreram sob a sombra de outras organizações, representadas principalmente pelo programa da disciplina e pelas regras da Universidade. Não podemos esquecer, contudo que o movimento disparado nas aulas de Dinâmica II continuou a produzir práticas como nos mostram as reuniões após o final do semestre e mesmo a história da disciplina, que como já comentado já serviu de ponto de partida para iniciativas em outras instâncias, como no diretório acadêmico do curso.

A utilização do recurso teórico de Lapassade não é feita aqui com o objetivo de categorizar os momentos que analisamos na Dinâmica II, mas sim trazer a noção de processo que este autor apresenta. Segundo ele, a prática comum que surge no grupo é ao

mesmo tempo práxis e processo (LAPASSADE, 1983, p 245). O seu espectro de práxis é determinado pela organização das práxis individuais, que é uma totalização em função de objetivos comuns, que é aquilo que antes chamamos de grupo-objeto. O processo é representado pelo momento do grupo no qual ele próprio entra em pane ao se ultrapassar no sentido de organismo. Para Lapassade (1983), o grupo se encontra permanentemente no meio-caminho entre a máquina e o organismo, que é o que para ele diferencia a práxis do processo; a primeira tende para a ação enquanto que o segundo tende para a inércia.

É preciso ressaltar que o termo processo é tomado por Lapassade com referência ao movimento interno ou dinâmica interna do grupo, que como já discutimos é diferente do emprego que fazemos desse mesmo termo. E é aqui justamente que reside uma importante diferença entre o modelo de Lapassade e o que almejamos para a visualização do processo.

Entendemos que o processo grupal não deve ser tomado somente na unidade do grupo, pois está além da prática comum na busca de objetivos. Nossa pesquisa aponta para um processo grupal que tem origem incerta e que se atualiza na totalização das práticas, criando modos de funcionamento específicos, que envolvem aspectos operacionais e afetivos, possibilitando a emergência de uma especificidade ou identidade do grupo, que é por sua vez também transitória e sujeita transformações. Dizemos que há uma origem incerta porque nossa experiência na Dinâmica II mostra que as relações que ocorrem nos pequenos grupos podem ser traçadas mesmo antes do início do semestre. O conceito que utilizamos de processo está ligado a permanente transformação, o que o distancia da noção de inércia. Por isso a utilização que fazemos do termo processo se aproxima mais do conceito de práxis que do conceito de processo utilizado por Lapassade (1983). Não opomos a prática do grupo ao seu processo, do contrário, ampliamos a noção de processo para que a englobe como um dos seus elementos, incorporando o conceito de práxis ao de

processo, nos aproximando da definição ontológica de Lapassade (1983, p. 246) que nos diz que o grupo é “[ . . . ] *uma existência sem essência* [ . . . ]”, e que a sua unidade não pode ocupar outro lugar que não o da sua prática.

Essa perspectiva ontológica encontra eco em um dos entendimentos construídos ao longo da nossa investigação que é justamente a noção de que a visualização do processo grupal deve ser construída em função da própria ação do grupo, mas não qualquer ação e sim aquela que pode ser referida a unidade do grupo. Isto é, o processo grupal é visível enquanto nos ocupamos da compreensão das práticas coletivas envolvidas na criação de uma unidade, que pode ser um modo de funcionamento ou mesmo uma imagem do próprio grupo, como pode ser exemplificado pelo momento chave da construção do trabalho final.

Apesar do modelo de Lapassade ser muito importante ao criar espaço para que pensemos o grupo ontologicamente, ele não explora detidamente alguns elementos que consideramos fundamentais para a compreensão do processo grupal, especialmente aqueles que podemos denominar como aspectos implícitos da situação grupal.

Sobre esse ponto vamos buscar apoio nas teorizações de Pichon-Rivière, que coloca na operação do grupo uma chave para a sua compreensão e dedicou bastante atenção aos elementos chamados por ele de implícitos. Ele nos apresenta o processo grupal como o “estruturando” do grupo, isto é, como uma estrutura em movimento, em contraposição a uma organização rígida. Vemos então que Pichon-Rivière (1986) esboça uma aproximação entre a noção de prática e processo, uma vez que a própria ação do grupo é responsável por sua existência e organização. Como vimos na parte inicial desta dissertação, ele também coloca a origem do grupo na construção de modos de funcionamento no horizonte de objetivos comuns. Uma das diferenças marcantes de Pichon-Rivière para Lapassade reside na acentuada influência que a psicanálise exerce nos seus estudos sobre grupo. Por

consequente há uma preocupação importante com os aspectos inconscientes do acontecer grupal, o que não é tão explícito em Lapassade e é o que nos oferece subsídios para continuar buscando uma forma de visualização do processo grupal, que agora pode contar com mais elementos do que somente os antes vistos como funcionais ou organizacionais.

A suposição de que o grupo também opera a partir de componentes que não estão explícitos é muito importante para que possamos compreender como se dá a sua ação que finalmente possibilita que nele ocorram transformações que tornam o processo evidente, como é o caso da nossa investigação. A situação da troca de salas e de AG, pode ser compreendida a partir de uma visão organizacional do grupo, na determinação das mudanças que ocorreram em função de um novo ambiente ou de estilo de condução das atividades em sala de aula. Entretanto, uma análise que se baseia somente nessa visão, é no nosso entender parcial e incompleta; pudemos perceber que a troca colocou em evidência uma série de fantasias e componentes afetivos que até então não estavam explícitos, mas determinavam a ação do grupo, que podem ser exemplificados nas fantasias de que todos no grupo tinham um relacionamento amistoso, ou mesmo que o trabalho no grupo não deveria criar focos de tensão e que todas as atividades nessa direção deveriam ser evitadas.

Sem a leitura de Pichon-Rivière não seria possível trazer esses elementos implícitos à discussão do processo grupal. Para explicar o que são os elementos implícitos, Pichon-Rivière (1986) vai nos falar da existência de universais, que podem ser entendidos como o conteúdo implícito das relações vinculares e são definidos por este autor como: os medos básicos, a situação terapêutica negativa frente à mudança, o sentimento básico de insegurança, os processos de comunicação e aprendizagem e as fantasias básicas (de doença, tratamento e cura). Esses elementos atuam de forma latente nas relações vinculares e a sua investigação seria atribuição do terapeuta. O explícito é representado pelas situações



manifestas que se apresentam na situação grupal ou vincular e pelos quais é possível compreender como os universais emergem. No caso da troca que analisamos como momento chave, podemos tomá-la como uma situação na qual ocorre a emergência dos universais que antes estariam implícitos, no caso os sentimentos básicos de insegurança.

Além dessa importante discussão sobre o implícito, Pichon-Rivière ainda nos traz um importante desenvolvimento para pensarmos o processo grupal e a sua relação com a criação de um grupo enquanto unidade. Com o seu conceito de ECRO, ele coloca em questão a construção de uma unidade grupal (ECRO grupal) móvel e ao mesmo tempo totalizante, com a qual podemos fazer uma leitura do grupo baseado na totalização de práticas, conceitos e referências individuais para a obtenção de um esquema conjunto que norteará uma ação. Contudo, uma leitura mais atenta dos textos deste autor nos mostra que a construção do ECRO grupal não é necessariamente feita em função de uma totalização, mas também pode ser vista como a escolha (nem sempre consciente) e integração de elementos tidos como individuais ao modo de funcionamento coletivo. Essa sutil diferença é importante, pois nos coloca diante da permanente possibilidade de a construção da unidade se deparar com a diferença, forçando-a a uma reestruturação.

Esse entendimento pode ser exemplificado nos dois pequenos grupos na recorrente discussão de como as diferenças individuais determinam as ações do grupo. Temos então uma unidade ou estrutura em permanente transformação; o estruturando, que é a apresentação do processo para Pichon-Rivière. O disparador dessas transformações é o emergente, que provoca um movimento dialético que “[ . . . ] inclui o salto e a transformação de um emergente em outro, através de sucessivas passagens de um círculo fechado a outro.” (PICHON-RIVIÈRE, 1986, p 96). O emergente é na situação grupal o conteúdo de uma relação vincular implícita que realiza um movimento na direção do

explícito, constituindo-se como o motor da transformação das configurações do grupo. O processo do grupo tem para Pichon-Rivière duas importantes dimensões, a do explícito e do implícito, ou manifesto e latente. Nas duas turmas analisadas essas duas dimensões ficam evidentes na situação da troca de AG, quando mesmo antes de efetivada, já estava presente como conteúdo a ser discutido, primeiramente ainda na ordem do implícito e depois claramente passando ao explícito, possibilitando ao grupo a transformação de seu entendimento sobre a sua condição. Com a contribuição de Pichon-Rivière podemos ter a compreensão do processo grupal utilizando como a base a idéia da construção de uma estrutura coletiva, que pode ser uma imagem que o grupo tem de si e que é constantemente alterada por sua prática.

Se aprofundarmos essa discussão como conceito de emergente, podemos até supor que a idéia de grupo é ela mesmo um emergente. Segundo Ana Quiroga (1997), Pichon-Rivière define o sujeito como aquilo que emerge de uma relação vincular, a partir de um interjogo fundamental entre necessidade e satisfação. Isso quer dizer que o sujeito é constituído de uma maneira dialética, sobrepondo uma satisfação (ou frustração) a uma necessidade. Se ampliarmos a noção de sujeito para além de uma pessoalização como discutido na primeira parte dessa dissertação, temos então o grupo enquanto unidade ontológica definido como um emergente de um processo relacional, que é aquilo que estamos aqui chamando de processo grupal.

Para explorarmos mais detidamente a relação desse entendimento com a nossa escolha dos momentos chaves da turma B e, por conseguinte, com nossa proposta para a visualização do processo grupal, nos apoiamos também em Romero (2001), que aprofunda a discussão sobre os aspectos estruturais, manifestos e latentes do grupo. Ele desenvolve a idéia de um grupo como objeto formal abstrato, segundo a qual o grupo funciona como um

sistema que possui uma dinâmica e uma estrutura, ambas com aspectos manifestos e latentes ou inconscientes. O núcleo do grupo é definido pelo conflito e em função dele se desenvolvem os processos de comunicação, interação, papéis, suposição básicas, transferência e de coesão. Romero (2001) diz que a estrutura é referente aqueles aspectos mais constantes do grupo, como as suas leis de funcionamento e ação e a dinâmica diz respeito à relação entre os já citados elementos do grupo. Ao trazer a idéia de conflito, além da aproximação com a dialética, ele faz uma proposição de uma multideterminação do grupo, com uma “policausalidade” (2001, p 139) de sua existência.

Apesar de não explorar a questão do processo detalhadamente, a definição do grupo de Romero (2001), como objeto formal abstrato, nos permite fazer a diferenciação de grupo e processo grupal, colocando o primeiro como uma estrutura dinâmica (a qual Pichon-Rivière já esboçava) e o segundo como o conjunto de relações da qual emerge esse objeto. Isso pode ser exemplificado na nossa escolha dos momentos chaves, que mostram diferentes modos de estruturação de dois pequenos grupos em função de sua prática e que também indicam a existência de um fluxo que transcende essa estrutura e está com ela em permanente e indissociável relação, transformando-a e alterando-a em sua totalidade.

A nossa proposta para a visualização do processo surge marcada por essas influências anteriormente discutidas, mas se propõe diferente em função da sua já citada perspectiva transversal e da sua escolha por operar além dos limites do grupo como objeto. Podemos citar como diferença principal a leitura que os autores citados fazem do processo, circunscrita aos limites do grupo, enquanto que nos propomos a conhecer o processo como um movimento de construção do grupo como unidade ontológica, anterior, portanto a uma delimitação objetiva do grupo. Os autores que citamos analisam o processo a partir daquilo que podemos chamar de uma perspectiva interna ao grupo, enquanto que em nossa proposta

a análise do processo começa antes do estabelecimento dos limites que conferem a unidade ao grupo. Com isso dizemos que a delimitação do grupo é somente possível quando do estabelecimento de práticas e discursos nos quais os integrantes do grupo possam se reconhecer enquanto unidade. E é justamente nas mudanças e transformações dessa unidade que o processo poderá ser conhecido.

A partir daí o grupo enquanto objeto tem a sua importância relativizada, cedendo espaço para uma abordagem do grupo que prioriza o seu movimento, as suas transformações. Não podemos, contudo, negar que nossa investigação também deve sua origem a uma delimitação objetiva de um grupo, no caso a turma B de Dinâmica II. Em função disso e para não incorrer no erro de operar na perspectiva interna do grupo é que trazemos a idéia da transversalidade, que confere uma ampliação ao nosso campo de pesquisa. Ao trabalharmos sob esse enfoque propomos que a visualização do processo grupal se dê a partir de uma perspectiva subjetiva da construção da unidade grupal articulada com um contexto mais amplo, que pode ser descrito como uma outra unidade, que pode ser a própria organização que abriga o grupo ou mesmo a sociedade como prática e unidade mais ampla.

A nossa proposta de visualização do processo grupal é sustentada na identificação de uma subjetividade ou produção desta, articulada a um contexto. O processo grupal tem a sua especificidade dada pelo fato de ser um movimento no sentido da construção de uma realidade particular, no caso o grupo. Dizemos processo grupal justamente por isso, por o entendermos como uma série de transformações que tem como produto uma unidade apreensível.

A questão que colocamos diz respeito a essa visibilidade, e como já rejeitamos a definição de grupo somente como objeto, devemos dar visibilidade à produção subjetiva do

grupo. Produção essa que é mais que somente a totalização de práticas e entendimentos individuais ou o compartilhamento de medos, fantasias e objetivos, daí a nossa afirmação da insuficiência dos modelos acima citados para dar conta da visualização do processo grupal.

A nossa escolha pela transversalidade é justamente para tentar criar uma visualização dessa produção subjetiva do grupo, que pode ser definida como um agenciamento específico de relações criado em função de uma realidade particular. A transversalidade permite que articulemos o grupo como objeto e o grupo como produção subjetiva para a visualização da transformação de ambos.

O grupo como objeto vai ser entendido no nosso modelo de visualização do processo grupal a partir do seu espectro estrutural e organizacional e o grupo como produção subjetiva é entendido a partir da sua própria ação, da sua prática e das relações que acontecem entre aqueles que participam.

Tomemos a turma B1 como exemplo. No momento chave do início, o grupo podia ter definido claramente os seus aspectos organizacionais e estruturais. Os membros do grupo tinham sido definidos arbitrariamente pela equipe docente da disciplina e tinham como tarefa a realizar o estudo da teoria dos grupos operativos a partir de sua própria experiência. A realidade objetiva era dada pela constância do lugar e dos indivíduos que participavam do grupo, que já no seu começo tinha uma série de regras estabelecidas externamente à prática daquelas pessoas. Nesse momento vemos um predomínio da definição do grupo nas suas discussões justamente pela presença muito aparente desses aspectos estruturais; a relação afetiva que já estava sendo desenvolvida entre os integrantes mesmo antes do início da disciplina não estava colocada em primeiro plano. Não podemos esquecer que todos os alunos da Dinâmica II e, por conseguinte, da turma B1 também se

encontravam em outros espaços de convivência social e profissional dentro e fora da Universidade. A especificidade com a qual sustentamos a visualização do processo grupal é dada justamente pela articulação dessas relações com a realidade objetiva criada pelas exigências acadêmicas da Dinâmica. A divisão em aspectos ditos estruturais e os ditos subjetivos é meramente didática, pois os dois operam em conjunto em uma determinação recíproca, o que nos aproxima daquilo que fala Lane (1986) ao dizer que a realidade objetiva é construída em uma relação recíproca com a subjetiva.

Como vimos na descrição dos momentos chaves feita anteriormente, tínhamos no início do semestre um objetivo comum colocado a todos e a verbalização de diversos sentimentos originados pela perspectiva da participação na experiência e acentuados pelos diversos comentários que são ouvidos pelos corredores do Instituto antes do início do semestre. A prática do grupo nesse momento de início é marcada pela explicitação desses sentimentos e pela busca de estratégias individuais para lidar com eles, não era possível ainda visualizar a construção de uma prática coletiva, apesar de ser perceptível no discurso dos integrantes o uso da palavra grupo e a referência a uma unidade comum, mesmo que sendo questionada constantemente.

Essa situação já se modifica quando os próprios alunos assumem a coordenação. Na perspectiva organizacional temos a modificação da pessoa que ocupa a função de coordenador e de relator e na via da produção subjetiva podemos começar a notar um aumento significativo da ansiedade presente no grupo, que é inclusive verbalizado literalmente por diferentes membros do grupo. Essas verbalizações acabam por incentivar a criação de estratégias para a diminuição da ansiedade, na qual se destaca a proposição de que todas aulas sejam iniciadas com uma técnica de relaxamento. Vemos aqui claramente que há um elemento fundamentalmente subjetivo (a ansiedade), que tem origem incerta e

anterior ao início dos encontros do grupo, funcionando como motor central para a criação de modos de ação coletivos que acabam por afetar aspectos organizacionais ou estruturais do grupo, como o seu ritual de início.

Por outro lado temos uma situação organizacional, que é a mudança de AG, provocando transformações importantes nas relações subjetivas do grupo. Como já exposto, mesmo antes da efetivação da troca de AG, a relação entre os integrantes do grupo mostrava modificações importantes, como um aumento de um sentimento verbalizado como angústia e a discussão recorrente sobre o pertencimento dos membros do grupo. O elemento estrutural da troca de AG provocou e evidenciou um movimento de produção subjetiva que era relacionado à delimitação de quem afinal fazia parte do grupo, que por sua vez também é determinante na estruturação do grupo.

Nesse momento já é bastante visível que a prática do grupo é muito diferente do início do semestre; de uma prática baseada quase que exclusivamente em estratégias individuais, o grupo se movimentou na direção de constituir modos de funcionamento que são baseados na participação de todos e organizada em função de uma tendência integradora (unificando teoria e prática) que não era imaginável nos primeiros encontros. A elaboração do trabalho final serve como referência para compreendermos a transformação ocorrida no modo com os alunos se relacionavam com a construção de sua própria unidade grupal, que pode ser descrita como uma passagem de um momento em que o grupo como totalidade era tomada muito mais como uma realidade externa e até independente de sua ação para um segundo momento quando os integrantes se reconhecem em um modo de funcionamento específico, que lhes confere uma nova relação com a idéia de grupo. Ao final do semestre, a perspectiva da construção do trabalho final colocou o grupo diante da necessidade de falar sobre sua existência, fato que provocou nova prática e criou novos

modos de relacionamento; agora o grupo tinha diante de si um texto ou uma imagem que dizia respeito a sua construção, imagem essa que todos reconheciam como sua e ao mesmo tempo de todos.

Esse reconhecimento de si e do outro em uma produção conjunta é aquilo que chamamos de produção subjetiva do grupo, que é fundamentalmente o que é colocado em ação pelo processo grupal. Tal processo nada mais é do que o agenciamento de relações, que cria um modo de ação tendo como produto a transformação daquilo que podemos chamar de uma imagem na qual as pessoas envolvidas na ação podem se reconhecer, o que lhe confere a especificidade de poder receber a denominação de processo grupal. Esse entendimento pode ser exemplificado a partir das discussões realizadas para essa pesquisa entre os integrantes da turma B, quando todos referiram a construção de uma relação diferenciada, que os marcou de forma diferente das outras experiências que já tinham tido em outras disciplinas, mesmo na Dinâmica I.

Essa marca é a referência que temos para conseguir construir uma noção de processo grupal, se tal marca não fosse reconhecida como compartilhada, nada a diferenciaria do próprio processo de subjetivação de cada indivíduo. Não é o caso da nossa investigação, que só foi possível por existir isso que denominamos como uma produção subjetiva para além do indivíduo, que é colocada em ação pelo processo grupal. Pichón-Riviére (1986) nos diz que o sujeito não é somente um sujeito relacional, mas é também produto de uma práxis, diz ele que *“Nele não há nada que não seja a resultante da interação entre indivíduo, grupos e classes.”*(1986, p. 174).

A via de acesso ao processo grupal é então colocada como a via da prática, do conhecimento da articulação entre ação e estrutura que cria um modo de funcionamento em permanente transformação, mas ainda com uma constância que permita um reconhecimento



mútuo e total daqueles que participam desse processo. O processo grupal é então mais do que somente a práxis, é a atualização de uma práxis num contexto e numa estrutura, alterando-os mutuamente na criação e modificação de uma realidade ontológica particular. No caso da turma B1, a pergunta “somos ou não um grupo?” é da ordem do questionamento da existência e traz permanentemente a articulação entre a construção objetiva e subjetiva do grupo.

A transformação percebida nessas duas perspectivas é o que entenderemos como indícios do processo grupal, que segundo a nossa visão nunca poderá ser conhecido em sua totalidade, uma vez que a sua existência é determinada em função da diferença, isto é, da constante mudança. A partir daí podemos afirmar que cessando o processo grupal cessa a ação do grupo e em última análise cessa o grupo, pois não há mais uma articulação de produção subjetiva com uma realidade objetiva.

Diante de toda essa discussão, afirmamos que um modelo de visualização do processo grupal somente será eficaz quando puder dar conta das permanentes transformações que a unidade do grupo sofre. Tais transformações, contudo, não podem ser encaradas como circunscritas a uma realidade interna do grupo, mas sim devem ser relacionadas a uma produção de subjetividade que é coletiva e reconhecível por aqueles que dela são parte constituinte, no caso os participantes do grupo.

Ao retomar a nossa questão de pesquisa, dizemos que é possível visualizar o processo através da diferença que se opera no grupo tomado como objeto. Isto é, a partir das transformações da própria idéia de grupo na situação grupal e na modificação das práticas coletivas é que podemos visualizar o processo, que nada mais é do que isso, a constância de transformação, a construção permanente de novas possibilidades. Tomando novamente a idéia de dispositivo, vemos que o processo grupal não oferece estruturas

absolutas e acabadas, mas sim a permanente possibilidade de significar a e modificar a realidade do grupo, produzindo novos discursos e formações subjetivas, como pôde ser percebido nas duas situações analisadas, que a partir de cada elemento novo colocado em questão correspondia um movimento no sentido de investi-lo de significado, alterado a práxis grupal e assim evidenciando o processo.

Inicialmente tendo como objetivo a busca por constâncias que caracterizassem o processo grupal, acabamos por construir o entendimento de que o processo é visível na inconstância. Somente na descontinuidade é que podemos supor a existência do processo. Para isso tomamos com eixo principal as práticas e discursos que caracterizam a construção da figura de unidade, o grupo, e assim poder visualizar o processo. Propomos, assim, a escolha de um campo de investigação e um início espaço-temporal, no nosso caso o semestre 2004/1 da Dinâmica II. A partir dessa escolha arbitrária é que poderemos desenrolar cronologicamente o anterior e o posterior desse momento para podermos compreender quais mudanças ocorrem nos modos de relacionamento e discursos, tomando sempre como foco a formação da imagem do grupo e a sua implicação com a ação do grupo. Isso foi feito a partir da construção e discussão dos momentos chaves.

Somente isso, entretanto, não é suficiente para a nossa proposta, que exige ainda a relação dessa imagem do grupo com uma produção de subjetividade. O que é tornado visível quando do reconhecimento de uma interioridade coletiva que marca os participantes da experiência. Isto é, só poderemos afirmar que visualizamos o processo grupal quando podemos conceber e conhecer a existência de um modo de ação que é compartilhado e construído coletivamente a partir do trabalho em conjunto. Esse modo de ação é aquilo que podemos chamar de produção de subjetividade e tem relação com aquilo falávamos anteriormente sobre o processo grupal ser um foco de potenciais transformações que criam

novas formas de se fazer sujeito.

Esse entendimento é extremamente importante, pois nos coloca diante da possibilidade de conferir uma especificidade à produção de subjetividade que ocorre em situações de grupo e cheguemos assim ao processo grupal. Que não produz somente a imagem de grupo em que todos se reconhecem, mas também produz novos modos de existência que continuam a ecoar para além dos limites da situação grupal. Isso fica especialmente evidenciado em nossa investigação pela fala que já adquiriu contornos clássicos e é recorrente no curso de psicologia da UFRGS, aparecendo também nas discussões que fizemos depois do fim do semestre. Essa fala é que define a Dinâmica II como um “divisor de águas” no curso, aquele momento a partir do qual nada mais é como antes. Novos modos de se relacionar com o conhecimento e com os próprios colegas são criados e marcam os alunos e equipe docente.

Se tomarmos a nossa noção de processo grupal, podemos interpretar essa “divisão de águas” não somente como derivada da metodologia de aula da disciplina, mas sim como produto do agenciamento de forças, práticas e discursos que o processo grupal coloca em ação, criando não só uma unidade chamada grupo, mas também modos de existência que continuam a produzir e se transformar.

Ao final dessa discussão, podemos colocar em linhas gerais a nossa forma de visualização do processo. Segundo os entendimentos obtidos em nossa investigação, a estratégia a ser utilizada para visualizar o processo grupal deve operar a partir da articulação do aspecto objetivo do grupo com a produção subjetiva que o envolve, a partir de uma perspectiva transversal. Essa transversalidade na nossa pesquisa pôde ser obtida a partir da implicação do investigador com o seu próprio objeto de pesquisa.

A modificação recíproca e constante que ocorre entre os aspectos ditos subjetivos e

objetivos do grupo é o que nos oferece os indícios para a visualização do processo grupal. Como aspecto objetivo do grupo, devemos estar atentos à porção que podemos chamar de organizacional do grupo, os seus aspectos estruturais e as funções de cada membro. Sobre a produção de subjetividade do grupo, devemos estar atentos às práticas, modos de funcionamento e relacionamento que são criados na situação grupal, o que não é nenhuma novidade, visto que a literatura já aponta isso, como vimos em Lapassade, Pichon-Rivière, Barros e outros que citamos. Mas mais do que isso a nossa investigação nos mostra que é fundamental para visualizar o processo grupal a criação de um espaço para a produção de sentido sobre a própria situação grupal, pois é somente assim que garantimos com clareza a porção subjetiva da investigação, uma vez que aí temos elementos para compreender a produção de subjetividade como modo de existência e como isso marca os participantes de um grupo para além da situação específica. O que nos permite dizer que a unidade ontológica do grupo é uma produção subjetiva, isto é, o grupo como “coisa” existe como modo de ação e existência.

O processo grupal é então visível através das transformações da construção da imagem do grupo, ou sua unidade ontológica, mas principalmente a partir dos seus efeitos subjetivadores, isto é, dos novos modos de existência que são por eles colocados em ação. Essa discussão mostra que o conceito de processo grupal deve ser pensado vinculado ao próprio processo de subjetivação.

A aproximação entre os dois se dá justamente na idéia de que ambos podem ser compreendidos como um movimento de atualização constante de uma prática em um contexto, criando possíveis modos de funcionamento específicos que podem ser tomados como totalidades ou unidades ontológicas, e podem ser exemplificados na figura do indivíduo e do grupo-objeto. Apressadamente poderíamos concluir que não há diferença

relevante entre aquilo que estudamos com constituição do sujeito e a formação ou construção de um grupo, um olhar mais atento nos revela, entretanto, que o processo grupal oferece um elemento que lhe garante uma especificidade, que é justamente a construção de uma existência ontológica onde há um reconhecimento e pertencimento coletivo, que resultam em modos de funcionamento específicos que continuam a operar mesmo fora dos limites da figura que tomamos como grupo.

Esse entendimento é o que, segundo a nossa perspectiva, legitima o estudo do processo grupal como via de acesso importante para a compreensão do homem contemporâneo. Barros (1994b, p. 435) já nos dizia que o grupo enquanto dispositivo é aquele que funciona como modos de expressão de subjetividade. Com a nossa proposição de criar meios de visualizar o processo grupal pretendemos criar espaços para a compreensão da construção dessa subjetividade, que não é mais do que investigar a própria ação do homem em seu meio, criando possibilidades para que a sua existência seja vertida em sentido. Barros (1994b, p. 390) nos diz ainda que o grupo é o *entre*, não um intermediário entre duas unidades totalizadoras como indivíduo e sociedade, mas um entre que é o meio, caracterizado pela incompletude. Segundo ela, o grupo é assim um espaço de conexões, um espaço ocupado não por unidades mas por devires, “*Devir grupo é desenhar linhas heterogêneas, porque construídas por diferenças que se engendram em cada encontro. Devir-grupo e não ser-do-grupo*”(BARROS, 1994b, p 392). Nossa pesquisa, que temos como exploratória, permite afirmar que para acessar o grupo nessa perspectiva, o conceito de processo grupal se impõe como fundamental, pois ele é a própria inconstância, a transformação do grupo. O processo grupal é assim o fluxo de transformações, o que se constituiu como o maior desafio desta investigação.

## **5 O PROCESSO CONTINUA A PRODUZIR-SE**

Em nossa pesquisa, propomos que a busca por uma definição do processo grupal parta da busca por constâncias (na forma de movimentos) que permitam que as forças em ação na situação grupal sejam denominadas processo e com isso, adquiram um status diferente e se constituam como um fenômeno específico. O processo grupal é entendido nessa pesquisa como um movimento, na perspectiva de constituição do sujeito, que inicialmente ocorre de maneira inespecífica e que ao longo do seu curso é investido de sentido. Com isso queremos dizer que o conceito de processo grupal surge para denominar um movimento ou agenciamento de forças anterior ao grupo, que em si não possui uma essência a priori, mas é produtor de sentidos e objetos, entre eles a idéia de grupo.

Ao colocarmos como “objeto” de pesquisa aquilo que é da ordem do inconstante, nos colocamos em uma posição permanentemente defasada em relação a ele. O desafio de nossa pesquisa era conseguir apreender o inapreensível, que é a inconstância, a permanente transformação e ao transpor isso para o discurso, ainda mais acadêmico, criamos o que podemos chamar ludicamente de um atraso. Quando falamos do processo, estamos falando de seus efeitos, daquilo que nos é visível através da diferença em uma realidade que é forçosamente tomada como objetiva. Em outras palavras, quando colocávamos o processo na ordem do discurso dessa pesquisa, ele já não mais era, pois seu caráter de permanente possibilidade de transformação era tolhido. Nesse sentido o processo está sempre adiante de

nós, pois a sua totalidade é inapreensível, uma vez que ele próprio é definido pela incompletude e permanente alteração de limites.

Mas o processo grupal também está diante de nós, nos afetando e transformando, como é evidente no modo como construímos a metodologia, que foi composta para além de somente uma sistematização de registros e observações, mas também como um espaço de produção de sentido em relação à Disciplina de Dinâmica II. Desse modo, a pesquisa só pode ser assim realizada em função da proximidade do pesquisador com a situação investigada. Podemos mesmo dizer que essa pesquisa só pode acontecer como produto da participação do pesquisador em um processo grupal que se confunde com a sua própria trajetória acadêmica, tendo diferentes momentos, desde a sua participação como aluno, monitor, professor e depois pesquisador da Dinâmica II

Tal proximidade, anteriormente encarada como empecilho, tornou-se ao final um trunfo que garante desdobramentos futuros para os achados desta dissertação. A análise feita no material da Dinâmica II para essa pesquisa é o ponto de partida para a reflexão e criação de novos mecanismos de trabalho em sala de aula.

Ainda, a demonstração e discussão de como a relação com o saber e com a própria forma de aprender no ambiente universitário se modificam ao longo da Dinâmica II a legitima como experiência impar no ensino sobre psicologia dos grupos. A ênfase dada aos aspectos ditos subjetivos da experiência como fator crucial para a compreensão das teorizações sobre grupos, presente tanto nessa pesquisa quanto na Dinâmica II, nos mostra que falar de processo grupal sem criar espaços para a expressão de subjetividade e sentidos é insuficiente e diminui o estudo dos grupos na medida em que o coloca como mais um objeto sem potencial transformador.

Ao propor uma visualização do processo grupal, estamos propondo uma via de

acesso ao estudo da subjetividade e das práticas sociais contemporâneas que obtém sua particularidade ao colocar ênfase nos aspectos ditos móveis da situação grupal. Com isso não queremos atribuir um sentido fechado ao estudo do movimento do grupo, mas sim oferecer uma via de investigação e posteriormente de ação que vê no trabalho com grupos a constante possibilidade de transformação. Dessa maneira, ao escolhermos o processo grupal como via de intervenção e investigação, estamos sendo coerentes com uma visão de mundo que toma indivíduo e sociedade como produções subjetivas que se alteram mutuamente, como já discutido a partir de Lane (1986), Lapassade (1983), Barros (1994b). Escolhemos trabalhar a partir de uma perspectiva que entende a constituição do sujeito a partir do agenciamento de forças, práticas, fluxos e discurso, sendo assim produto de uma multiplicidade em constante transformação.

Para tornar possível o nosso objetivo de visualização, não prescindimos, entretanto de figuras objetivas que muitas vezes são tomadas como inconciliáveis com a proposta de uma investigação desse sujeito. Tais figuras objetivas podem ser representadas pela caracterização do campo de pesquisa, pela sistematização dos registros e pelas discussões depois do fim da Dinâmica II. Isoladamente, tais elementos não garantem um caráter transversal a nossa investigação, e mesmo uma discussão que os relacione enquanto analisadores da experiência não supre essa deficiência. O modo como conduzimos o nosso projeto mostra que é fundamental a própria implicação do pesquisador com o campo de pesquisa, pois só assim é possível que ele compartilhe da expressão de subjetividade ou criação de modos de existência que ocorrem na situação grupal.

Temos então que o processo grupal é uma realidade específica de transformações, que somente é visível por seus efeitos, entre eles, a produção de discursos subjetivos e unidades identitárias, entre as quais a própria noção de grupo. Esse processo pode, em



alguma medida, ser compreendido por observadores externos, isto é, que não se vinculam a situação nem são afetados por ela, entretanto, o que propomos é que o processo grupal para ser analisado com consistência e profundidade não pode prescindir da implicação subjetiva do investigador. Uma vez que investigar ou conhecer o processo grupal é pesquisar a mobilidade, a transformação, o pesquisador deve estar afeito a também fazer parte dessa transformação, a também compartilhar dos agenciamentos que ocorrem.

É justamente a partir dessa implicação que será possível determinar a existência do grupo a partir do processo e assim escapar daquela visão que engessa o grupo em uma permanente condição de objeto. A partir da implicação, que também pode ser tomada como transversalidade, o grupo é visto tanto como objeto quanto processo, e não mais importa a relação entre duas totalidades, mas sim aquilo que é produzido nesse encontro, os novos modos de existência que são criados. O processo grupal pode, assim, ser visto como a tensão que impede o grupo de se transformar em totalidade absoluta, como a constante transformação, que só pode ser visualizado relativamente.

Não somos ingênuos a ponto de afirmar que sempre será possível fazer uma análise do processo grupal que conte com um pesquisador implicado subjetivamente com seu campo de pesquisa ou mesmo que sua figura seja imprescindível. Entretanto, pensamos que é indispensável que o espaço para a emergência de uma produção de sentido sobre a situação grupal em questão, pois somente a partir de um discurso subjetivo sobre o grupo é que poderemos nos aproximar com propriedade do processo, que ainda permanece como totalidade impossível, e nem é nosso objetivo que ele se feche em uma unidade. Nossa investigação não teve em nenhum momento a intenção de oferecer um sentido fechado ao conceito de processo grupal, uma vez que partimos de um entendimento de que o mundo é em si um vir a ser e mesmo a suas unidades ontológicas são criações subjetivas, tais como

as organizações e práticas.

A investigação da subjetividade e das práticas sociais a partir do conceito de processo grupal pode ser uma forma de escapar do raciocínio do grupo-objeto que não faz mais do que colocar o grupo como mais um indivíduo preso a um movimento de totalização, longe de ser um espaço de produção de sentidos é uma estrutura que aprisiona sentidos. O acesso ao grupo pela processualidade é então uma forma de compreender a realidade a partir da multiplicidade, isto é, perceber a realidade como uma produção de sentidos e práticas que podem se configurar como estruturas. Assim definimos a realidade como uma produção subjetiva de objetos e não o contrário.

Quando colocamos o grupo como realidade ontológica particular, podemos o fazer de dois ângulos, o primeiro que supõe sua existência através da legitimação de um contexto externo, seja uma organização, uma instituição ou mesmo um objetivo comum, mas temos também um segundo ângulo que o supõe a partir do seu caráter subjetivador. Enquanto que na primeira perspectiva é possível definir e apontar a existência do grupo a partir de fatores externos, com o qual o observador não precisa ter relação alguma, na segunda isso já não pode ser feito de modo tão simples.

Estamos aqui falando de duas realidades que guardam distinções bastante importantes quando vamos trabalhar com grupos, a primeira permite que enxerguemos o grupo como uma unidade fechada, que nem por isso é estática, mas continua como unidade reconhecível por sua constância. A segunda, entretanto, marcada pela via do processo grupal, coloca justamente a inconstância como seu mote principal, desse modo já não é suficiente para trabalharmos com grupos, o conhecimento de sua estrutura ou contexto e mesmo de suas práticas. É também fundamental que a partir disso possa haver espaço para uma significação das transformações que acontecem ao longo da ação das pessoas no

grupo. Com isso queremos dizer que para visualizar o processo grupal não é suficiente somente a definição ou o reconhecimento de momentos específicos da atividade do grupo, é preciso também poder conhecer os seus efeitos subjetivadores, é preciso abrir espaço para o surgimento de novos modos de existência que marcam a idéia de processo e que não podem ser confundidos com a criação de novas totalidades, como o grupo x, ou a turma y.

A transformação que é operada a partir do processo grupal não pode ficar restrita a somente um de seus “produtos”, a sua unidade ontológica ou identitária, é preciso também reconhecer os novos modos de se fazer ser no mundo que são gerados a partir desse processo. Nesse sentido nos vemos diante das limitações que um estudo como o que propomos carrega consigo; ao colocar a inconstância como central para a visualização do processo grupal, estamos tornando muito complexa, ou mesmo impossibilitando uma escrita textual completa sobre o conceito. E é exatamente essa uma das idéias que persiste ao final dessa pesquisa, que há muito ainda por ser feito para conseguirmos uma delimitação do conceito de processo grupal, mesmo o material que tínhamos a disposição poderia ser mais explorado e novas formas de conceber uma visualização do processo grupal poderiam advir. Nenhuma, entretanto, poderia compreender a totalidade desse movimento, que parece estar sempre um passo a nossa frente.

A forma que encontramos para tentar visualizar o processo, consiste principalmente, então, de buscar na significação das situações vividas pelos participantes do grupo, elementos que possam evidenciar a produção de subjetividade que ocorre no grupo, que além de resultar em individualidade ou totalidades, carrega uma centelha de permanente modificação, de constante inquietude com a realidade, que é somente possível no encontro de modos de existência que é a situação grupal.

Ao concluir essa dissertação é importante ressaltar que nossa disposição em

focalizar o conceito de processo não tem como objetivo a sua definição absoluta, pelo contrário, o que almejamos ao propor esse tema de pesquisa é possibilitar que novas formas de compreensão do conceito possam ser formuladas e assim colocar o estudo dos grupos como uma forma importante para o estudo do ser humano. A partir do conceito de processo grupal esperamos garantir ao estudo dos grupos uma especificidade que vai além da figura do indivíduo ou das figuras de totalidades acabadas, assim estamos propondo uma forma singular de acessar o grupo, que, como já mencionado, não se propõe única.

Por fim, cientes das limitações de nossa investigação, esperamos que a discussão que fizemos ao longo desta dissertação possa contribuir para o desenvolvimento do estudo dos pequenos grupos e possa oferecer elementos e espaços suficientes para que novas propostas de investigação e visualização dos grupos a partir do conceito de processo possam ser realizadas.

## REFERÊNCIAS

ANDREOLA, Balduino Antonio. *Dinâmica de grupo: jogo da vida e didática do futuro*. Petrópolis: Vozes, 1992.

ANTUNES, Celso. *Manual de técnicas de dinâmica de grupo, de sensibilização e de ludopedagogia*. Petrópolis: Vozes, 1989.

BAREMBLITT, Gregório. Notas estratégicas a respeito da orientação da dinâmica de grupos na América Latina. In: \_\_\_\_\_. *Grupos – Teoria e Técnica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. P. 11-37

\_\_\_\_\_. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes- Teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

BARROS, Regina Duarte Benevides de. Grupo e Produção. In: BARROS, Regina Duarte Benevides de et Al (org) *Saúde e Loucura n.4*. São Paulo: Hucitec, 1994, pp145-154

\_\_\_\_\_. *Grupo: a afirmação de um simulacro 1994 2 pt.* (448 p.) Tese (doutorado em psicologia clínica)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pos-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, São Paulo, 1994b.

BEAL, George. M., BOHLEN, Joe. M., RAUDABAUGH, J. Neil. *Liderança e dinâmica de grupo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972

BION, Wilfred Ruprecht. *Experiências com grupos*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

CARLOS, Sergio Antonio. O processo grupal. In: STREY, Marlene Neves et al. *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, Processo. In: \_\_\_\_\_. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. P.1395.

FREUD, Sigmund. *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*. Rio de Janeiro: Imago, 1977 publicado originalmente em 1921. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.18).

\_\_\_\_\_. *O mal estar da civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1977 publicado originalmente em 1930. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.21).

\_\_\_\_\_. *Totem e tabu*. Rio de Janeiro: Imago, 1977 publicado originalmente em 1913. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.13).

\_\_\_\_\_. *O futuro de uma ilusão*. Rio de Janeiro: Imago, 1977 publicado originalmente em 1927. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud,

v.21).

GAJARDO, Marcela. *Pesquisa participante na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GUATTARI, Felix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987

GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica : cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

KASTRUP, Virgínia. A psicologia na rede e nos novos intercessores. In: FONSECA, Tania Maria Galli e FRANCISCO, Deise Juliana, (org). *Formas de ser e habitar a contemporaneidade*. Porto Alegre: Ed da Universidade UFRGS, 2000. P. 13-26.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. Coleção Primeiros Passos no 23. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LANE, Silvia, Processo Grupal. In: LANE, Silvia et al. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1985. P. 78-98

LAPASSADE, Georges. Dialética dos Grupos, das Organizações, das Instituições. In: \_\_\_\_\_. *Grupos, Organizações e Instituições*, 2a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

LEWIN, Kurt. *Problemas de dinâmica de grupo*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

LUFT, Joseph. *Introdução à dinâmica de grupos*. Santos: Martins Fontes, 1968.

MAILHIOT, Gérald Bernard. *Dinâmica e gênese dos grupos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

MINICUCCI, Agostinho. *Dinâmica de grupo: manual de técnicas*. São Paulo: Atlas, 1980.

\_\_\_\_\_. *Dinâmica de grupo: teorias e sistemas*. São Paulo: Atlas, 1991.

FERRATER MORA, Jose, Proceso. In: \_\_\_\_\_. *Diccionario de Filosofia*. Madrid :Alianza, 1979. P. 2701- 03.

OLIVEIRA, Daniel Tavares Duarte de, SCHOSSLER, Alexandre Baldasso, COSTA, Fabio Rosa da, QUEVEDO, Genara, CARLOS, Sergio Antonio. Monitoria en grupos operativos de enseñanza. In: CONGRESO BIENAL DE PSICOLOGIA EM SANTIAGO DE CUBA, 2003. *Anais...* Santiago de Cuba. Ediciones UO, 2003. P 132-133

OLIVEIRA, Daniel Tavares Duarte de, SCHOSSLER, Alexandre Baldasso, COSTA, Fabio Rosa da, QUEVEDO, Genara, TIBULO, Ana Paula. Monitoria em grupos operativos no ensino. In: XII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 2003. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: PUCRS, 2003. 1 CD-

## ROM

PICHON-RIVIERE, Enrique. *O Processo Grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

QUIROGA, Ana P. de. *Enfoques y perspectivas em psicologia social – desarrollos a partir del pensamiento de Enrique Pichon-Rivière*. Buenos Aires: Ediciones Cinco, 1997.

SALITA, Abelardo, Grupo. Definiciones. Disponível em <http://www.psicosocialdelsur.com.ar/textos/definiciones.html> > acesso em 10/11/2004

SARTRE, Jean Paul. O existencialismo é um humanismo. In: \_\_\_\_\_. *Os pensadores – Sartre*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. P. 3-32

ROMERO, Roberto R. *Grupo, objeto y teoria*. Vol. II. 4. ed. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2001.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. P. 82-103.

TIBULO, Ana Paula, MIZOGUCHI, Danichi Hausen, OLIVEIRA, Daniel Tavares Duarte de, BERGER, Daniela, BLOM, Karina Brauner, NERVA, Pedro Craidy e CARLOS, Sergio Antonio. El vínculo entre monitores y alumnos en un grupo operativo CONGRESO BIENAL DE PSICOLOGIA EM SANTIAGO DE CUBA, 2003. *Anais...* Santiago de Cuba. Ediciones UO, 2003. P 132.

VIDAL, Paulo Viana. Projeto de trabalho sobre o conceito de grupo na obra de Guattari e Deleuze. In: BAREMBLITT, Gregorio. *Grupos – Teoria e Técnica*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. P. 13-55

**ANEXOS**



**ANEXO A:** Programa da disciplina de Psicologia das Relações Humanas e Dinâmica de Grupo I

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Instituto de Psicologia**  
**Departamento de Psicologia Social e Institucional**

Disciplina: PSI- 02613 - Psicologia das Relações Humanas e Dinâmica de Grupo I

Caráter: Obrigatória

Créditos: 04

Professor: Sergio Antonio Carlos

Mestrando: Alexandre Baldasso Schossler

Aulas: Terças e Sextas-feiras: Turma A - 13:30 às 15:10

Turma B - 17:30 às 19:10

**EMENTA:** O eixo da disciplina é o estudo de pequenos grupos com ênfase na dinâmica grupal. Aborda-se a dinâmica dos pequenos grupos numa perspectiva histórica e apresentam-se alguns enfoques teóricos que fundamentam o entendimento e a intervenção em pequenos grupos. Serão realizadas observações e experiências grupais, podendo-se utilizar a própria turma como laboratório.

**PROGRAMA PARA 2003/2**

**1. Objetivos**

**Geral:**

Instrumentalizar-se para a leitura crítica da dinâmica dos pequenos grupos.

**Específicos:**

Possibilitar a reflexão teórica sobre experiências grupais.

Desenvolver a capacidade de observação de pequenos grupos.

**2. Conteúdos**

**2.1 Introdução**

Conceito de grupo e construção de grupo

Uma visão histórica do estudo e do trabalho com a dinâmica dos pequenos grupos.

**2.2 Processo grupal**

Estrutura manifesta/observável

- comunicação
- liderança
- interação
- coesão
- conflito
- papéis (coordenação etc.)

O interno x/ou externo (grupo etc.)

Horizontalidade e verticalidade  
 Pensamento de grupo  
 Ação de grupo

### 2.3 Fechamento crítico

Outras versões sobre o mesmo tema:

Perspectiva histórico crítica  
 Perspectiva institucional  
 Perspectiva esquizoanalítica

## 3. Sistema de Avaliação

3.1 A avaliação final do aluno contemplará:

- ✓ presença às aulas;
- ✓ leituras realizadas;
- ✓ participação nas aulas;
- ✓ relatos de cinco observações de um grupo (individual ou em duplas), primeiro relatório entregar até **28/10 / 2003**;
- ✓ trabalho final escrito, individual onde relacionará a observação de no mínimo CINCO reuniões de um grupo (a sua escolha) com os aspectos teóricos estudados. Entrega até **16 /01/2004**;
- ✓ apresentação do trabalho final em aula.

3.2 Critérios de avaliação do trabalho escrito:

ESTRUTURA: introdução, desenvolvimento, conclusão, citações e referências bibliográficas.

CONTEÚDO: tema (relação teoria x observações), delimitação, não fuga e várias leituras teóricas.

USO DO MATERIAL EMPÍRICO: visão das experiências grupais ao longo do semestre e uso crítico do material.

ARGUMENTAÇÃO: fluxo das idéias e clareza.

## 4 Bibliografia

### 4.1 Leituras obrigatórias

BARROS, Regina Duarte Benevides – Dispositivos em Ação: o grupo. In: SILVA, André do Eirado et alii (org) *Saúde e Loucura: subjetividade*. São Paulo, Hucitec, 1997, p.183-191.

BION, Wilfred Ruprecht Dinâmica de Grupo. In. \_\_\_\_\_.*Experiências com grupos*. São Paulo, EDUSP, 1975. P. 129.178.

CARLOS, Sergio Antonio. O processo grupal. In: Strey, Marlene et al (org.) *Psicologia social contemporânea* : livro-texto. Petropolis : Vozes, 1998. p. 199-206

DAVINI, Juliana. Movimentos de Grupalidade. IN: WEFFORT, Madalena Freire; DAVINI, Juliana; CAMARGO, Fátima; MARTINS, Mirian Celeste. *Grupo - indivíduo, saber e parceria*: malhas do conhecimento. São Paulo, Espaço Pedagógico, 1994, p. 47-51.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das Massas e Análise do Eu*. IN: \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Delta, s/d. v. IX, p.4-105.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely B. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1993, 327p.

LANE, Silvia. *Processo Grupal*. IN: LANE, Silvia et alii. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo, Brasiliense, 1986. P.78-98.

LAPASSADE, George. *Dialética dos Grupos, das Organizações, das Instituições*. IN: \_\_\_\_\_. *Grupos, Organizações e Instituições*. 2. Ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1982, p. 237-63.

LAPASSADE, George. *Prólogo para a Segunda edição*. IN: \_\_\_\_\_. *Grupos, Organizações e Instituições*. 2. Ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1982, p. 13-34.

PERALTA, Juan. *Algunas consideraciones para el trabajo com grupos*. <http://www.hipernet.ufsc.br/foruns/grupal/documentos/grupos.htm>

ROMERO, Roberto R. *Antecedentes significativos en el estudio de la problemática planteada*. IN: \_\_\_\_\_. *Grupo, objeto y teoria*. 4.ed. Buenos Aires, Lugar Editorial, 1996, p. 27-73

WEFFORT, Madalena Freire. *Movimentos de Construção do Grupo*. IN: WEFFORT, Madalena Freire; DAVINI, Juliana; CAMARGO, Fátima; MARTINS, Mirian Celeste. *Grupo - indivíduo, saber e parceria: malhas do conhecimento*. São Paulo, Espaço Pedagógico, 1994, p.29-32.

WEFFORT, Madalena Freire. *O que é Grupo?* IN: WEFFORT, Madalena Freire; DAVINI, Juliana; CAMARGO, Fátima; MARTINS, Mirian Celeste. *Grupo - indivíduo, saber e parceria: malhas do conhecimento*. São Paulo, Espaço Pedagógico, 1994, p.17-26.

WEFFORT, Madalena Freire. *Subgrupos e Interação*. IN: WEFFORT, Madalena Freire; DAVINI, Juliana; CAMARGO, Fátima; MARTINS, Mirian Celeste. *Grupo - indivíduo, saber e parceria: malhas do conhecimento*. São Paulo, Espaço Pedagógico, 1994, p. 41-2.

LAWRENCE, W. Gordon; BAIN, Alastair; GOULD, Lawrence. *A Quinta Suposição Básica*. <http://www.continents.com/art22.htm>

#### 4.1 Leituras complementares

ARAGON, Nelma Campos. *A experiência de formação de operadores grupais : uma verificacao empirica*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento. 1995 176 f.

BAREMBLITT, Gregorio F.. *Grupos : teoria e técnica*. 2.ed. Rio de Janeiro : Graal, 1986. 219 p.

BARROS, Regina Duarte Benevides de. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. São Paulo. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pos-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica. 1994. 448 f.

- BARROS, Regina Duarte Benevides de. Grupo e Produção. IN: BARROS, Regina Duarte Benevides et. Al (org) *Saúde e Loucura n.4*, São Paulo, Hucitec, 1994, p. 145-154.
- BLEGER, Jose. *Temas de psicologia : entrevista e grupos*. 3.ed. São Paulo : Martins Fontes, 1987. 113 p.
- CABERNITE, Leao. Correa, Paulo Dias. *O complexo de edipo na psicanálise e na análise de grupo*. Rio de Janeiro : Imago, 1976. 201 p.
- CARLOS, Sergio Antonio; CANTERGI, Márcia. Os Alcoólicos Anônimos e o processo grupal. IN: BARRILI, et. Al (org.) *A Pesquisa em Serviço Social e nas Áreas Humano-Sociais*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998. P. 263-269
- COIMBRA, Cecilia Maria Bouças. Os caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma empresa possível?. *Revista do Departamento de Psicologia-UFF*, Niterói, v.7, n.1, 1995, p. 52-80.
- GAYOTTO, Maria Leonor Cunha. Domingues, Ideli. *Liderança : aprenda a mudar em grupo*. 2.ed. Petropolis : Vozes, 1997. 98 p.
- KROWCZUK, Elizabeth Remor. *Dinâmica dos grupos: considerações sobre a teoria, metodologia - características - tipos e técnicas, definições de termos e sua utilização em educação e saúde*. Porto Alegre : UFRGS/escola de Enfermagem, 1988. 21 p.
- LEWIN, Kurt. *Problemas de Dinâmica de Grupo*. 2.ed. São Paulo, Cultrix, 1973. 242p.;
- MAILHIOT, Gerald Bernard. *Dinâmica e gênese dos grupos: atividades das descobertas de Kurt. Lewin*. 7.ed. São Paulo : Livr. Duas Cidades, 1991.
- MARTINS, Maria Cristina C. A. Em busca de uma compreensão do trabalho terapêutico dos alcoólicos anônimos. *Arquivos Clínica Pinel*, Porto Alegre, v.5, n.4, dez. 1979, p. 271-277.
- MOSCOVICI, Fela. *Desenvolvimento interpessoal*. Rio de Janeiro : Ltc., 1975. 94p.
- OLMSTED, Michael S. *O pequeno grupo social*. São Paulo, Herder, 1970.
- OSÓRIO, Luiz Carlos. *Grupos: teorias e práticas - Acessando a era da grupalidade*. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.
- PEREIRA, William Cesar Castilho. *Dinâmica de grupos populares*. 5.ed. Petrópolis : Vozes, 1988c1982. 159p.
- PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. 6.ed. São Paulo : Martins Fontes, 1998. 239 p.
- PONTALIS, J. B. *Psicanálise depois de Freud*. Petrópolis: Vozes, 1972. 311p.
- SARTRE. Jean Paul. *Crítica de la Razón Dialéctica*. Buenos Aires. Losada, 1963. 543p. (livro I)
- ZIMERMANN, David E.. Osorio, Luiz Carlos. *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre : Artes Medicas, 1997. 424p.

**ANEXO B:** Programa da disciplina de Psicologia das Relações Humanas e Dinâmica de Grupo II

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL**

**DISCIPLINA:** Psicologia das Relações Humanas e Dinâmica de Grupo II

**TURMAS:** A - terças e quintas-feiras 13:30 as 15:10

B - terças e quintas-feiras 17:30 as 19:10

**CARÁTER:** Obrigatória

**CRÉDITOS:** 04

**PROFESSORES:** Sergio Antonio Carlos  
Alexandre Baldasso Schossler (mestrando)

**SÚMULA:** Estudo e aplicação de técnicas, procedimentos e estratégias envolvendo o conhecimento das leis, mecanismos e modalidades de funcionamento dos grupos, teoria das relações inter-pessoais, mecanismos de adaptação social, etc; buscando favorecer e orientar a capacidade do manejo das várias situações que envolvem os fenômenos que possibilitem entender o relacionamento humano.

**EMENTA:** O eixo da disciplina será o estudo dos processos grupais, utilizando-se referenciais teóricos da Psicanálise e da Análise Institucional. A ênfase será para a coordenação de grupos, através de estudos e vivências em sala de aula.

**PROGRAMA PARA 2004/1**

**1. Objetivos**

Geral

Instrumentalizar o aluno para a leitura da dinâmica grupal, oferecendo subsídios teórico-práticos para a aprendizagem do trabalho com grupos.

Específicos

Oferecer ao aluno a possibilidade de aprender em grupo sobre os processos grupais, através do enfoque teórico-vivencial.

Instrumentalizar o aluno teórica e tecnicamente no exercício da coordenação de grupos.

Problematizar o percurso da Dinâmica de Grupo como uma área de conhecimento, bem como o lugar desta no mundo *psi* e nos espaços de intervenção profissional.

**2. Conteúdos Programáticos**

### 2.1. A escola de Pichon-Rivière

- Introdução, propósitos e metodologia
- Grupos Operativos e Doença Única
- A técnica dos grupos operativos
- Principais conceitos da teoria de Pichon: a epistemologia convergente, horizontalidade e verticalidade, a noção de tarefa, papéis e liderança

### 2.2. A Coordenação: a leitura do invisível nos grupos

### 2.3. Experiências com grupos em instituições e na comunidade

- contato com outros referenciais teórico-metodológicos do trabalho com grupos

## 3. Metodologia

- Aulas dialogadas e seminários teóricos
- Exercícios de coordenação
- Relato de experiências por profissionais convidados.

## 4. Sistema de Avaliação

A avaliação final do aluno compreenderá:

- presença às aulas
- presença nas reuniões preparatórias à coordenação
- relato de reuniões de grupo operativo
- coordenação de reuniões de grupo
- participação nas aulas, expressando leituras realizadas e envolvimento nas atividades.
- trabalho final escrito sobre a experiência do semestre

## 5. Bibliografia Básica

PICHON-RIVIÈRE, Henrique. História de la Técnica de los Grupos Operativos. IN: \_\_\_\_\_. *El Proceso Grupal*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión. 1980, p. 233-46.

\_\_\_\_\_. Concepto de ECRO. IN: \_\_\_\_\_. *El Proceso Grupal*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión. 1980, p. 215-220.

\_\_\_\_\_. El Concepto de Portavoz. IN: \_\_\_\_\_. *El Proceso Grupal*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión. 1980, p. 221-32.

\_\_\_\_\_. *O Processo Grupal*. São Paulo, Martins Fontes, 1982.

## 6. Bibliografia Complementar

MUÑOZ, David Mustieles. *Las Técnicas en el Trabajo con Grupos*.

- <http://www.hipernet.ufsc.br/foruns/grupal/documentos/lastcnic.htm>  
PAVLOVSKY, Lo Fantasmático Social y lo Imaginario Grupal. *Lo grupal*. Buenos Aires, n.1, abr. 1983.
- PERALTA, Juan. *Algunas consideraciones para el trabajo con grupos*.  
<http://www.hipernet.ufsc.br/foruns/grupal/documentos/grupos.htm>.
- SIMONETTI, Alejandro. *Teoría y Técnica del Grupo Interno*.  
<http://www.hipernet.ufsc.br/foruns/grupal/documentos/grupo.htm>

## ANEXO C: Modelo da tabela de sistematização dos registros

<b>Turma B1</b>						
Dias/Pontos	Relatos	Anotações	Material elaborado em aula	E mails	Lembranças	Lembranças Monitor
<b>4º Encontro</b> 13/04/2004 c- Julia <sup>8</sup> r- Tomaz	<ul style="list-style-type: none"> <li>- relaxamento</li> <li>- Discussão sobre a produção da aula anterior a pedido da coordenação.</li> <li>- o clima da aula passada foi diferente das outras, estava menos pesado</li> <li>- Diferença entre a coordenação de “um de nós” e o Luciano</li> <li>- coordenadora pergunta sobre o implícito e surge o silêncio.</li> <li>- discussão sobre a implicação dos alunos com o curso de psicologia</li> <li>- a quinta-feira é uma “tortura”</li> <li>- Coordenadora diz que está aprendendo muito e diz o que está “vendo”</li> <li>- avaliação positiva da coordenação</li> </ul>				<ul style="list-style-type: none"> <li>- coordenadora muito preocupada em falar sobre dinâmica, processo, estava muito atenta a falas que poderiam remeter a isso.</li> <li>- primeira aula com a técnica do relaxamento, que causou uma certa estranheza no grupo, mas depois foi avaliado como positivo</li> </ul>	
Análise 4	Na sua segunda coordenação, Julia vem para a reunião preocupada em achar espaço na aula para colocar a discussão sobre o movimento ou a dinâmica do grupo, pois entendia que isso era o que havia faltado no último encontro. Ao longo da aula, os assuntos fizeram referências em diversos momentos à relação que começava a ser estabelecida entre os componentes do grupo e como isso já era perceptível, até mesmo na mudança de coordenação e como isso determinava o andamento da aula. A verbalização dá conta de que esta aula já está sendo percebida como sendo diferente, especialmente o “clima”, o que pode ser					

<sup>8</sup> Todos nomes foram alterados para preservar os participantes.



	<p>associado ao conteúdo implícito que diz respeito ao aspecto afetivo do desenvolvimento do grupo. Os primeiros sentimentos que podem ser visualizados mais claramente são de medo e insatisfação com o que está acontecendo o que acaba por resultar em um discurso predominantemente queixoso sobre a aula e sobre a (falta de) aprendizagem. Esse discurso aparece em nível explícito e pode ser encarado como uma manifestação de resistência a mudança. A partir da fala da coordenadora de que está aprendendo muito com a experiência de coordenação, os argumentos que insistiam e desmerecer a importância da participação no grupo começaram a ser desmontados e o grupo subitamente se viu confuso, deslocado de sua condição queixosa anterior, que era pretensamente confortável.</p>					
<p><b>5º Encontro</b> 20/04/2004 c- Tomaz r- Silvia</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenador traz questões que percebeu na aula passada e joga para o grupo; culpa, medo e dialética</li> <li>- dificuldade em escolher o relator</li> <li>- medo de se expor, avaliação</li> <li>- dificuldades do relator</li> <li>- comparação entre o pequeno grupo e o grande grupo</li> <li>- discussão sobre o papel do coordenador (tb sobre o professor)</li> <li>- depósito de raiva no monitor/professor</li> <li>- pressão na coordenação</li> <li>- coordenador “pressiona” aqueles que não se interessam pelo curso, momento de grande tensão no grupo</li> <li>- fala-se dos membros ausentes</li> <li>- dificuldade dos estágios</li> <li>- ataque da coordenação, ataque do grupo</li> </ul>				<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aula muito tensa, coordenador chega com hipóteses prontas e acaba por se colocar numa posição de confronto com o grupo. Quando o grupo ataca, fica nervoso e se vê obrigado a defender-se.</li> <li>- avaliação com uma técnica dramática “engembrada” que acabou por ser muito reveladora.</li> <li>- Professor sai no início e volta no fim e comenta que parece que não mudou nada.</li> </ul>	

Análise 5	<p>Esse encontro foi caracterizado pelo novo estilo de coordenação, uma vez que era a segunda coordenação de um aluno, porém, com características bastante diferentes da coordenadora anterior. O início da aula foi marcado pela preocupação do coordenador em oferecer um estilo diferente e a sua disposição de lidar com os papéis que começavam a ser depositados e assumidos pelos membros do grupo, que foi manifestada na reunião de preparação para a coordenação. Na primeira metade da aula ele coloca diversos pontos para a discussão que julgava ser importantes e insiste bastante em comentar sobre o conceito “dialética”, que julgava ser muito importante. O restante do grupo não se mostra disposto a construir nenhuma tipo de discussão sobre o que o coordenador propunha, o que foi gradativamente criando um clima de hostilidade recíproca entre o grupo e o coordenador que culmina quando o coordenador, depois de algumas intervenções que buscavam provocar o grupo em função da sua implicação com o curso de psicologia, é isolado pelo grupo quando a relatora intervêm e diz discordar das colocações do coordenador. A aula transcorre a partir daí em clima de agressividade velada, que não consegue ser verbalizada. Isso caracteriza uma diferença importante em relação a aula anterior, uma vez que agora a agressividade é dirigida para o interior do grupo e não mais para as figuras externas. O grupo toma consciência desse funcionamento somente quando da avaliação da coordenação, em que foi proposta uma técnica dramática que pôde colocar gráfica e espacialmente aquilo que não tinha sido até então verbalizado; o ataque da e à coordenação e quando a coordenação da atividade já não estava mais a cargo de um aluno. As implicações do coordenador com o grupo enquanto aluno e a sua inexperiência nesse tipo de abordagem talvez se constituam como fatores determinantes para que não tenha conseguido lidar com o emergente dessa reunião. O grupo começa gradativamente a se distanciar da discussão teórica predominante para uma discussão sobre as relações e afetos produzidos pela participação nessa atividade.</p>					
22/04/2004 – Palestra sobre Psicodrama no grande grupo, quando se abordou temas como coordenação, bagagem psíquica, papéis, técnicas psicodramáticas						
<b>6º Encontro</b> 27/04/2004 c- Tomaz r- Silvia	- aula (relato) começa com atraso pois relatora não estava - hesitações para começar a aula com relaxamento - falas de medo e tensão - discussão sobre os próximos relatores/coordenadores - coordenador aponta contradições na fala de membros do grupo - discussão se o coordenador faz					- comentava-se que o grupo excluía a coordenação e pelo fim da aula a Marcia diz que ficou com vontade de coordenar justamente porque sentia que era uma forma de inserção no grupo, indo de

	<p>ou não parte do grupo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- comenta-se do modo como o grupo se comporta em relação ao coordenador</li> <li>- na avaliação da coordenação entra uma pessoa perguntando por outra aula, ao que é respondido rapidamente que não é essa que ela procura.</li> </ul>				<p>encontro ao que estava sendo dito</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- comentava-se sobre pertencer ao grupo justamente no momento em que entra uma pessoa que não pertencia nem poderia pertencer ao grupo, como um exemplo prático da discussão teórica</li> </ul>	
Análise 6	<p>A expectativa da coordenação para essa aula era de que o grupo se mostrasse culpado pelos ataques da aula passada, o que de fato não aconteceu, a discussão voltou-se para o papel da coordenação e a influência que isso tinha no relacionamento entre os membros do grupo. Essa reunião não pareceu tão polarizada entre discussão teórica X discussão afetiva, os dois momentos da discussão se faziam presentes sem uma predominância excessiva de um ou de outro. O grupo ao longo da discussão parece ter construído a idéia de eles estavam funcionando de modo a isolar o coordenador, colocando-o numa posição diferente do grupo, como se quisessem excluí-lo do grupo. Essa idéia foi desmontada ao final da reunião quando uma participante (Marcia) disse que sentia justamente o contrário e que gostaria de ser a próxima coordenadora, pois pensava que esse seria um modo de se inserir no grupo, uma vez que sentia-se um pouco distante dos demais. Talvez o ponto mais importante dessa aula seja justamente isso, a aparente construção de uma fantasia em função da coordenação que foi logo desmontada. Outro evento importante nesse encontro aconteceu na avaliação da coordenação, quando se falava do vínculo que começava a se estabelecer entre os membros do grupo e a sensação de pertencimento ao grupo, a porta é aberta por uma pessoa que começa a perguntar qual era a aula que estava acontecendo ali, não há tempo para terminar a pergunta, pois rapidamente o grupo responde “não é a tua!” dando nenhuma importância a qual aula a pessoa estivesse procurando. Isso parece ser um indicativo do sentimento de pertencimento que já se formava e que justamente não incluía aquela pessoa de fora.</p>					
29/04/2004 – Palestra temas: grupo, trabalho com grupos no hospital						
7º Encontro 04/05/2004	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não é feito relaxamento</li> <li>- coordenadora pergunta o que querem aprender</li> </ul>				<ul style="list-style-type: none"> <li>- intervenção minha desastrada que tirou a</li> </ul>	

<p>c- Silvia r- Marcia</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “achismo” vs falar com propriedade, porque é preciso ler os textos?</li> <li>- o grupo aprende ou só o coordenador?</li> <li>- combinações de como ler os textos</li> <li>- Silêncio</li> <li>- observação de como estão dispostos espacialmente e se isso tem a ver como o que é falado</li> <li>- referência a palestra anterior</li> <li>- várias falas sobre angústia</li> <li>- raiva</li> <li>- falas sobre o texto e silêncio</li> <li>- resistência em pegar o texto</li> <li>- avaliação com troca de papéis, todos falam do lugar da coordenadora, quando são retomados os temas da angústia e da raiva</li> <li>- porta-voz e angústia do coordenador</li> </ul>				<p>coordenadora dos eixos, conseguiu retomar depois.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- avaliação muito produtiva, quando os temas que incomodavam na aula puderam ser retomados</li> <li>- coordenadora saiu com uma impressão muito negativa do seu desempenho</li> <li>- silêncios prolongados desestabilizaram a coordenação</li> </ul>	
<p>Análise 7</p>	<p>Esse encontro deve ser analisado em função das últimas reuniões, a coordenação se apresentou muito nervosa, preocupada com o seu desempenho antes mesmo do encontro. Isso pode ser creditado ao clima que se instalou após as últimas reuniões, onde o tema do ataque e da exclusão do coordenador aparecem bem evidenciados. Essa construção pode ser entendida já como uma estigmatização do papel do coordenador, que acaba servindo como canalizador de diversos sentimentos, nesse momento servindo prioritariamente como depósito de sentimentos de insatisfação em relação ao grupo. Isso ficou bem evidenciado quando na avaliação da coordenação, os participantes do grupo falaram a partir do ponto de vista da coordenadora e pode-se perceber que o tema da angústia em relação a (falta de) mudança é muito recorrente e está espalhado pelo grupo. A postura da coordenadora</p>					

	nessa reunião parece ter evidenciado isso; que o grupo está se vendo diante de uma angústia que não tem condições de lidar. praticamente isso pode ser suposto a partir das discussões sobre como falar da realidade (achismo X teoria) e nos momentos de silêncio que apareceram com mais intensidade nessa reunião.					
<b>8º Encontro</b> 11/05/2004 c- Silvia r- Marcia	- Relaxamento feito por outra pessoa (Silvia) - discute-se o (suposto) saber - críticas em relação a teoria, sátiras em relação aos temas de angústia, medo, inconsciente, coordenação - Clima de tensão na discussão em relação a angústia - diferença entre o coordenador e os outros membros depois da coordenação - manipulação ou “ao natural” - coordenadora usa técnica da “bolinha” para falar dos sentimentos - avaliação: técnica da “cebola quente”, discussão saber do coordenador					- aula bastante pesada, com discussões importantes e momentos de tensão, coordenadora trabalhou muito bem, estava muito mais tranquila que na aula anterior e permitiu ao grupo que assuntos importantes como raiva e angústia pudessem ser abordados. - questionamentos sarcásticos e importantes sobre o funcionamento da disciplina e sobre a teoria em questão
Análise 8	Esse encontro continuou tenso em relação ao tema recorrente da angústia. O grupo parece não conseguir lidar com o fato de que a participação nessa atividade implica em um envolvimento que não pode ser previsto e que os sentimentos produzidos em função disso nem sempre serão agradáveis. Nesse momento do grupo há uma confusão em relação às estratégias utilizadas para tentar aplacar a emergência da angústia. Por um lado fantasia-se que é possível controlar os eventos que se desenrolam no grupo,					

	<p>e essa responsabilidade é atribuída ao externo. Os causadores da angústia, portanto não estão presentes no grupo. Esse mecanismo não é totalmente eficaz, uma vez que logo se percebe que a relação entre os membros do grupo também é um forte fator angustiante. Outra estratégia que também aparece é o desmerecimento da experiência de grupo e o referencial teórico que a suporta, que se manifesta em sarcasmos e ironias, que elevam o nível de tensão do grupo. A coordenadora percebe que essa reunião está repleta de elementos afetivos que podem estar dificultando a realização da tarefa e tenta trazê-los à discussão, no que é em parte bem sucedida.</p>
--	---